



Hodos, T. (2019). Interações coloniais no Mediterrâneo global da Idade do Ferro. *Esboços: histórias em contextos globais*, 26(43), 597-635. <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2019.e67631>

Publisher's PDF, also known as Version of record

License (if available):
CC BY

Link to published version (if available):
[10.5007/2175-7976.2019.e67631](https://doi.org/10.5007/2175-7976.2019.e67631)

[Link to publication record in Explore Bristol Research](#)
PDF-document

This is the final published version of the article (version of record). It first appeared online via Universidade Federal de Santa Catarina at <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2019.e67631>. Please refer to any applicable terms of use of the publisher.

University of Bristol - Explore Bristol Research

General rights


This document is made available in accordance with publisher policies. Please cite only the published version using the reference above. Full terms of use are available: <http://www.bristol.ac.uk/red/research-policy/pure/user-guides/ebr-terms/>



INTERAÇÕES COLONIAIS NO MEDITERRÂNEO GLOBAL DA IDADE DO FERRO

Colonial Engagements in the Global Mediterranean Iron Age

Tamar Hodos^a

 <https://orcid.org/0000-0003-4640-6877>
E-mail: t.hodos@bristol.ac.uk

^a University of Bristol, School of Arts, Department of Anthropology and Archaeology,
Bristol, United Kingdom

RESUMO

A aplicação da teoria da globalização em contextos coloniais enfatizou, nos últimos anos, articulações entre colonizados e colonizadores. Para o Mediterrâneo na Idade do Ferro, o foco tem sido as expressões de identidades locais (colonizadas) e as variabilidades regionais de gregos e fenícios do além-mar. Qualquer atenção às interações que gregos e fenícios tiveram entre si durante esse tempo tem sido usada apenas para contrapor o enquadramento dos argumentos. O presente estudo examina o pano de fundo dessa circunstância tratando especificamente das interações entre tais culturas globais em escala mediterrânea durante o período de suas fundações ultramarinas. Vistos de um enquadramento global, os conjuntos de práticas em comum e de corpos de saberes compartilhados revelam uma profunda complexidade de contato intercultural durante a Idade do Ferro, lembrando-nos que as culturas nunca devem ser consideradas isoladamente.

PALAVRAS-CHAVE

Colonização grega. Colonização fenícia. Globalização mediterrânea.

ABSTRACT

The application of the globalization theory to colonial contexts in recent years has emphasized the articulations between colonized and colonizers. For the Mediterranean Iron Age, the focus has been upon the expressions of local (colonized) identities, and of regional variabilities of the overseas Greeks and Phoenicians; any attention to the engagements that Greeks and Phoenicians had among them during this time has been solely contrapositive in the framing of arguments. The present study analyzes the background to this circumstance by specifically addressing the engagement between these global cultures on a Mediterranean-wide scale during the period of their overseas foundations. Regarded from the perspective of a globalization framework, the common sets of practices and shared bodies of knowledge reveal a deep complexity of intercultural contact during the Iron Age, reminding us that cultures should never be individually considered.

KEYWORDS

Greek colonization. Phoenician colonization. Mediterranean globalization.

Uma das mais recentes mudanças na pesquisa acadêmica tem sido a análise da construção e do impacto da globalização em grupos socioculturais que participam de sistemas mundiais (FEATHERSTONE, 1991; 1995; HOLTON, 1998; HOOGVELT, 2001; ROBERTSON, 1992). Globalização, no contexto contemporâneo, se refere ao atual sentimento de compressão global em que o mundo, cada vez mais, é visto como um lugar coerentemente limitado. Da mesma forma, pode ser definida como o conjunto de processos que fazem o mundo ser visto como um lugar único e nos tornarmos conscientes desse processo (FEATHERSTONE, 1995, p. 81; cf. também ROBERTSON, 1992).

Ao contrário de metanarrativas anteriores, entretanto, mais do que sugerir uma sociedade e uma cultura mundiais unificadas, a globalização compreende conjuntos de práticas ou corpos de saberes que transgridem limites nacionais ou culturais e são compartilhados por aqueles que interagem no nível global. Ao mesmo tempo, esses traços globais compartilhados também servem para ressaltar diferenças entre aquelas culturas que se envolvem com eles, pois os pontos globais em comum simultaneamente provocam a delimitação mais nítida das fronteiras entre os grupos envolvidos. O destaque e o reforço das heterogeneidades culturais é, de fato, um dos paradoxos do processo de globalização (FEATHERSTONE, 1995, p. 114).

Entender o equilíbrio entre construtos localizados de uma cultura, por um lado, e os traços compartilhados entre grupos que permitem sua interação, por outro, tem fascinado estudiosos do passado, em particular aqueles que lidam com o impacto das interações culturais em contextos coloniais, em que coresidência geograficamente limitada e interação diária resultaram em desenvolvimentos culturais rápidos para todas as comunidades envolvidas. O Mediterrâneo, sobretudo, é um local ideal para escrutinar tais aspectos, pois, ao longo de sua história, populações migraram, interagiram e influenciaram umas às outras dentro desse espaço limitado (p. ex. HORDEN; PURCELL, 2000).

A Idade do Ferro mediterrânea serve como um exemplo clássico. Nessa época, dois grupos culturais, gregos e fenícios, construíram numerosos assentamentos ao longo de outros litorais mediterrânicos consideravelmente distantes de suas terras natais enquanto mantiveram ligações comerciais e culturais bastante próximas com elas e uns com os outros. Apesar da evidência de contato íntimo e de práticas compartilhadas que contribuíram para um pan-mediterranismo durante o período, os movimentos de colonização de gregos e fenícios são normalmente articulados em contraste um ao outro.

A inter-relação teórica entre diversidade e similaridade, em que assentamentos podem ser vistos como comunidades individuais com práticas locais diversas e, simultaneamente, como representantes culturais em interação um com o outro, explica muito da tensão entre os estudos sobre os movimentos de colonização fenícia e grega. A muito recente desconstrução pós-colonial de metanarrativas tem destacado a variabilidade regional em cada uma dessas amplas culturas coloniais, sobretudo em relação à localização particular, bem como o impacto sobre as populações cujos territórios foram colonizados (para os gregos, p. ex. DOUGHERTY; KURKE, 2003; LOMAS, 2004; TSETSKHLADZE, 1999; 2006a; para os fenícios, AUBET, 2001; BIERLING, 2002).

Em estudos sobre tais contatos culturais, conceitos como hibridização e arenas de interação neutra, como território intermediário (*middle ground*), estão na linha de frente da interpretação (p. ex. ANTONACCIO, 2003; GOSDEN, 2004; HODOS,

2006; MALKIN, 2002; 2004). O termo “hibridização”, que se refere a negociações e interações sociais que tiveram lugar entre colonizadores e colonizados (KNAPP, 2008, p. 57) e se relaciona ativa e diretamente com os agentes sociais, as negociações e as interações envolvidas numa situação de contato (VAN DOMMELEN, 2005, p. 116-118; KNAPP, 2008, p. 59-60), é agora preferido por muitos em detrimento da noção mais passiva de “hibridismo”, que minimiza o papel dinâmico dos atores humanos em encontros culturais (KNAPP, 2008, p. 57-59). Como tal, tornou-se uma via valiosa para a interpretação de contextos locais.

O conceito de território intermediário também tem sido útil, já que fornece o instrumento por meio do qual encontros culturais ocorrem. Isso se dá porque um território intermediário age tanto como centro quanto como periferia em contextos geográficos e sociais, com ênfase na acomodação mútua. Aqueles que operam no território intermediário agem por interesses derivados de suas próprias culturas, enquanto simultaneamente devem convencer atores de outras culturas de que alguma ação mútua é justa e legítima. Como um processo, portanto, o território intermediário une sistemas de valores para criar uma relação eficaz entre eles, em geral resultando em novos conjuntos de significados e interações ao longo do tempo. Por sua vez, o discurso dentro dele pode afetar as convenções das partes tributárias, promovendo mudanças de longa duração nas culturais locais (WHITE, 1991; para o Mediterrâneo, p. ex. MALKIN, 2002; 2004; HODOS, 2006).

O enquadramento global-local, do mesmo modo, tem sido convocado para o estudo das identidades em contextos coloniais, enfatizando não somente a articulação da identidade do colonizado, mas também a da identidade dos colonizadores em regiões específicas, em contraste com conceitos monoculturais antes aceitos, cada uma delas como parte do fenômeno paradoxal do processo de globalização (HALES; HODOS, 2009). Nesses casos, o nível global são as culturas geograficamente difundidas do Mediterrâneo, como as de gregos e fenícios, identificados como tal por meio de práticas compartilhadas por várias comunidades, as quais permitem uma descrição coletiva. O contraponto local é a variabilidade entre essas mesmas comunidades. O paradoxo nesses exemplos é visto no fato de que comunidades individuais terão ao mesmo tempo práticas compartilhadas e nitidamente diferentes, a despeito da identidade cultural comum.

Quase nunca as interações que tais culturas colonizadoras tiveram entre si receberam atenção, em especial no caso de gregos e fenícios, cujos períodos coloniais foram contemporâneos. Esse lapso deriva talvez das divisões disciplinares tradicionais. O presente estudo examina o pano de fundo dessa omissão acadêmica antes de tratar da interação entre gregos e fenícios coloniais numa escala mediterrânica. O escopo temporal na prática é predominantemente o período colonial inicial dos séculos VIII e VII a.C. Para gregos e fenícios, isso representa sua Idade do Ferro Média. Enquanto tal movimento para os litorais além de suas terras natais muitas vezes trouxe rápida mudança cultural para outras populações, não fez com que as Idades do Ferro de outras populações coincidissem (HODOS, 2006, p. 3-4).

O advento da Idade do Ferro na Sicília data da metade do século IX a.C., por exemplo, enquanto os estudiosos do norte da África consideram que o chamado “período pré-histórico” se estende até o século IV a.C., não obstante gregos e fenícios terem se assentado em ambas as regiões durante os séculos VIII e VII a.C. – ou no fim do século IX a.C., no caso de Cartago. O termo “Idade do Ferro” não é um indicador cronológico fixo nem uma afirmação de uma prática material específica – o uso do

ferro –, haja vista que o ferro era conhecido desde períodos anteriores. Antes, para gregos e fenícios, a Idade do Ferro marca uma ruptura em relação às tradições da Idade do Bronze, resultante das generalizadas convulsões do século XII a.C. Como tal, o termo tem alguma aplicabilidade mediterrânica, ao menos quando estão sendo discutidas as comunidades gregas e fenícias ao longo do Mediterrâneo. Por essa razão, “Idade do Ferro” no presente contexto pertence à cronologia greco-fenícia.

O equilíbrio entre interação global e local, bem como o paradoxo de tal interação, pode ser visto em muitos níveis de relacionamentos culturais, os quais podem ser conceituados a partir de suas várias camadas. Para os objetivos deste estudo, no topo estão as práticas compartilhadas entre culturas ao longo do Mediterrâneo que serviram para criar uma cultura mediterrânica global. Isso foi chamado de “mediterrânização”, para refletir o processo ativo e dinâmico de conectividade no Mediterrâneo (MORRIS, 2003; HODOS, 2006, p. 200-204). Abaixo, contribuindo para a construção global, estavam gregos, fenícios e outras populações que representam a noção de grupos culturais.

Cada cultura, todavia, é formada por um disperso conjunto de comunidades com variabilidade regional ou local. É o equilíbrio entre essas duas camadas superiores que forma o foco do presente estudo. O Mediterrâneo, no qual gregos e fenícios fundaram colônias, serve como a escala global, enquanto nossos conceitos de culturas gregas e fenícias são o nível local. No entanto, não podemos ignorar por completo as variações locais, com suas práticas compartilhadas e diferenças regionais, que informam nossas respectivas noções de cultura grega e fenícia.

Tal enquadramento não ignora o “sistema-mundo” mais amplo do qual gregos e fenícios participavam durante esse período. Antes, é parte dele, já que, na prática, foram as comunidades dispersas que construíram e se envolveram nos sistemas-mundo. Vistos com base no enquadramento da globalização, portanto, os conjuntos de práticas comuns e corpos de saberes compartilhados entre gregos e fenícios ultramarinos revelam uma profunda complexidade de contato intercultural em múltiplos níveis durante a Idade do Ferro, os quais nos lembram que as culturas nunca devem ser consideradas em isolamento.

GENERALIZAÇÕES DO “OUTRO” EM FONTES ANTIGAS

Terminologia e vocabulário revelam uma série de suposições que podem obscurecer nossas habilidades de ver perspectivas alternativas. Não se trata apenas de ser politicamente correto, como alguns se queixaram há pouco tempo (BOARDMAN, 1999, p. 268). Antes, a preocupação com terminologias reflete uma crescente consciência das diferentes interpretações. Infelizmente, no que diz respeito a fenícios e gregos, em alguns aspectos nossa terminologia tem sido restrita às fontes de que dispomos. Embora isso não seja por si só um problema, a dificuldade surge quando esquecemos a origem de nosso vocabulário e a razão de sermos tão restritos, pois as próprias palavras ganham uma identidade e um significado que é difícil de abalar, em especial quando retiradas de fontes antigas.

Temos extensos registros de como os gregos pensavam a si mesmos, especialmente seus laços com suas cidades de origem, conquanto a análise exaustiva desse complexo aspecto do período em questão – quando a pólis estava emergindo como uma estrutura socioideológica – esteja além do escopo da presente discussão (ver, p. ex., os numerosos volumes produzidos pelo Copenhagen Polis Centre). Todavia,

nosso amplo registro da autorreflexão grega sobre sua identidade contrasta com o caso dos fenícios (PASTOR BORGONON, 1988-1990; MORRIS, 1992; MOSCATI, 1993, p. 9-14). Poucas inscrições em monumentos fenícios sobreviveram, e não mais existem longos textos fenícios.

Pelo contrário, a maior parte do nosso registro literário sobre os fenícios aparece na forma de referências passageiras em fontes assírias, bíblicas e greco-romanas (KRINGS, 1995), nenhuma das quais preocupada em fornecer muitos detalhes, já que os fenícios eram vistos por esses outros como um inimigo ou “outro” somente a ser conquistado, controlado ou explorado. Desse modo, qualquer noção de identidade fenícia tem sido buscada em registros de outros. Usar essas fontes como base para interpretações modernas é, contudo, problemático.

Referências gregas aos fenícios aparecem pela primeira vez em Homero, que os chama de *sidonoi*.¹ Justino registra que, em 1184 a.C., Sidon fundou Tiro (18.3.5). Sabe-se que a ocupação em Tiro remonta a tempos bastante anteriores, portanto se pode considerar esse momento como uma refundação, talvez após um período de declínio ou despovoação que pode estar ligado à era e às atividades dos Povos do Mar (GUBEL, 1994, p. 341-342; NIEMEYER, 2006, p. 146).

Sídon provavelmente era a cidade dominante, política e economicamente, durante esse período, sobretudo se foi capaz de refundar assentamentos vizinhos. Ademais, Astarte, divindade protetora de Sídon, era popular numa série de comunidades ultramarinas fenícias. Embora isso possa ser uma ligação deliberada à divindade metropolitana em contextos coloniais, os autores gregos antigos podem ter considerado esse fato uma referência a uma herança sidônia.

Nessa perspectiva, a extensão do elogio de Homero a Sídon para incluir outros assentamentos fenícios, portanto, parece razoável, mesmo que não seja um reflexo das circunstâncias fenícias (NIEMEYER, 2002, p. 92; BUNNENS, 1995, p. 223; RÖLLIG, 1982, p. 18; ver também FLETCHER, 2004).²

Referências na *Ilíada* associam os sidônios à fabricação de tecidos luxuosos e artefatos de prata elaborados, inserindo-se no contexto de troca de presentes entre elites ou reis (6.288-95 para tecidos, 23.740-749 para artefatos de prata). A conexão elite-luxo é mais bem expressada no conto da taça de prata, escolhida por Aquiles como prêmio nos jogos funerários de Pátroclo, em que é explicada a complexa história de aquisições e trocas da taça entre elites. Essa relação é ecoada na *Odisseia*, quando Menelau de Esparta dá a Telêmaco uma tigela de prata que fora originalmente um presente de seu homólogo sidônio (*Odisseia* 4.614-19).

Outras referências mais antigas aparecem na *Odisseia*, na qual se usa o termo genérico “fenícios” para caracterizá-los no contexto de suas práticas de marinharia, navegação e comércio, muitas vezes com tons negativos reconhecidos hoje como um tropo literário (WINTER, 1995; GUBEL, 2006, p. 86, observa que todos os itens nobres fenícios em Homero são atribuídos aos sidônios, enquanto todas as outras

¹ Já foi observado que *sidonoi* se escande melhor em hexâmetros homéricos do que em tírios (CULICAN, 1982a).

² Nomes de lugares de *phoinikous* no Mediterrâneo podem implicar a presença de assentamentos fenícios, mas também se referir a nada mais do que a manufatura de corante púrpura, pois *phoinix* – de onde “fenício” deriva – é o termo grego para púrpura ou carmesim. Como exemplo dos limites de atribuir uma associação étnica baseada em nomes, deve ser observado que, na *Ilíada* (9.425), diz-se que o velho cavaleiro e mestre de Aquiles, que se chama Fênix, vem da Hélade.

referências pertencem aos genéricos “fenícios”). Os anais neoassírios e o Antigo Testamento também demonstram que suas culturas valorizavam tecidos, artesanato em metal e técnica de navegação fenícios.

Evidências arqueológicas de diversos sítios sugerem que uma ampla gama de bens e objetos foram fabricados, comercializados ou oferecidos como tributo pelos fenícios, inclusive vinho. Os naufrágios do século VIII a.C. de *Tanit* e *Elissa* junto à costa de Israel, perto de Ascalão, por exemplo, estavam repletos de ânforas fenícias contendo vinho, e os navios se destinavam ao Egito ou ao Mediterrâneo ocidental (BALLARD *et al.*, 2002). Cargas mistas dos naufrágios de *Uluburun* e *Quelidônia*, datados respectivamente do fim do século XIV e do XIII a.C., implicam que desde muito cedo material fenício foi transportado ao lado de material cipriota e micênico.

A ausência de evidências marítimas datadas entre esses naufrágios da Idade do Bronze Recente e os naufrágios de *Tanit* e *Elissa*, do século VIII a.C., torna difícil determinar até que ponto tais colaborações existiram na Idade do Ferro, malgrado existam evidências de cargas mistas por volta do século VII, como sugerido pelo achado, no naufrágio de *Kekova*, de uma coleção de ânforas de transporte do sudeste do Egeu e de Corinto junto de ânforas com alças de cesto ciprolevantinas (DELGADO, 2008, p. 320).

Em contraste à tendência grega inicial de generalizar fenícios como sidônios, o Antigo Testamento descreve os fenícios pela referência à sua cidade-estado individual (Sídon: Gênesis. 10.15; Juízes, 3.3, 10.6, 18.7; Ezequiel, 28; 1 Reis, 5.20, 16.31; Tiro: Amós, 1.9-10; Ezequiel, 26-28; 1 Reis 6g e Crônicas 3 referem-se a artesãos tírios). Em documentos assírios, eles são designados pelos determinativos URU (cidade, centro urbano) e KUR (terra, território, país), ao passo que uma cidade fenícia pode ser designada por ambos num mesmo documento (ODED, 1974, p. 39-40; ver também PASTOR BORGONON, 1988-1990; MOSCATI, 1993).

Assim, deve-se considerar a tendência grega à generalização como parte do tropo literário mais amplo que descreve os fenícios como um inimigo.³ A permanência desse traço em textos gregos posteriores está relacionada ao conflito do mundo grego com os persas, e muito foi escrito sobre como um atributo oriental torna determinado grupo um inimigo apropriado para os gregos, das Guerras Médicas em diante. Por exemplo, as supostas origens anatólicas das comunidades elimitas no oeste da Sicília são expressadas pela primeira vez na literatura grega no fim do século V a.C., quando os gregos estavam envolvidos num conflito na Sicília com os cartagineses, eles próprios de origem oriental e aliados dos elimitas na época (ver referências em HODOS, 2006, p. 92). Na mente grega do século V a.C. em diante, uma origem oriental sinalizava um inimigo aceitável dos gregos (HALL, 1989; NIPPEL, 2002, p. 283).

GENERALIZAÇÕES DO “OUTRO” NOS ESTUDOS MODERNOS

Quando se examina a história da pesquisa em torno dos movimentos coloniais gregos e fenícios, emerge uma sensação de competição entre lados opostos. Essa competição, na verdade, antecede a desconstrução de metanarrativas associadas ao pós-modernismo e, evidentemente, as reconsiderações pós-coloniais. Apesar de

³ Em oposição a descrever a aquisição territorial, como no caso dos registros neoassírios, os quais podem derivar de maior precisão geográfica.

gregos e fenícios terem fundado assentamentos ultramarinos ao longo do Mediterrâneo, por vezes no mesmo território geográfico (ex. Sicília), o estudo de suas expansões costuma ser dividido em áreas distintas. Na academia anglófona e, em grande medida, na europeia, estudiosos do Oriente Próximo têm tradicionalmente focado no processo de colonização fenícia, enquanto estudiosos da Antiguidade Clássica examinam o movimento grego.

As raízes dessa divisão disciplinar estão na formação do campo acadêmico da Europa ocidental no século XIX e na respectiva primazia das antigas fontes literárias clássicas e bíblicas, corroboradas pela pesquisa arqueológica daquela época. Para estudiosos da Antiguidade Clássica, os trabalhos de Homero e dos autores antigos subsequentes serviram muitas vezes como guia para pesquisa e interpretação, tendo em vista que os primeiros arqueólogos de campo buscavam justificar esses textos. Os mais famosos exemplos, provavelmente, são a busca de Schliemann por Troia, em especial o estrato associado à Guerra de Troia, e a procura de Evan pelo Rei Minos em Cnossos (ver referências em TRIGGER, 1989).

Para estudiosos do Oriente Próximo, a Bíblia serviu como texto-guia, e muitos investiram grande esforço e erudição na tentativa de provar que as passagens bíblicas registravam eventos e indivíduos históricos. Esse foi o caso de pioneiros como Petrie em Tell el-Hesi, erroneamente identificada por ele como a bíblica Laquis, Sellin em Jericó, Schumacher em Megido, Macalister em Gezer e Koldewey na Babilônia. De fato, essa postura pode ser sintetizada pela visão dos patrocinadores do trabalho em Samara realizado por Reisner, que deveria “dar prosseguimento aos estudos e às pesquisas bíblicas, linguísticas, arqueológicas e afins sob condições mais favoráveis do que as que podem ser asseguradas à distância da Terra Santa” (KING, 1983, p. 27; ver também MOOREY, 1991; LAUGHLIN, 2000, p. 6).

O estudo específico dos movimentos coloniais grego e fenício mantiveram trajetórias distintas nas pesquisas (grego: DE ANGELIS, 1998; ver referências em HODOS, 2006, p. 10-12; fenício: GRAS *et al.*, 1989; PASTOR BORGONÓN, 1988-1990; MOSCATI, 1993; VELLA, 1996; LANCEL, 1995, p. 438-446, em particular para Cartago), expressadas numa sensação de competição pela primazia na inovação colonial entre as duas disciplinas. Sintomas dessa rivalidade são as questões referentes às datas das primeiras colônias, como se uma espécie de supremacia mediterrânica dependesse disso.

De acordo com fontes literárias antigas, a expansão fenícia no Mediterrâneo começou no século XII a.C., enquanto a colonização grega se iniciou somente no século VIII a.C.⁴ No entanto, desde o fim do século XIX, estudiosos favoráveis aos gregos argumentam que a expansão fenícia não poderia ter começado antes do século VIII a.C. (p.ex. BELOCH, 1893-1904), pois nenhuma evidência material poderia ser identificada para sustentar uma fundação tão antiga em qualquer lugar do Mediterrâneo colonizado pelos fenícios. Boardman (1999, p. 38) afirma que

⁴ Cadiz em 1110 a.C.: Veléio Patérculo (1.2.3); Utica em 1101 a.C.: Plínio (16.216); colônias africanas no século XII a.C.: Plínio (19.63), e Diodoro (5.20). Tucídides sugere que os fenícios se assentaram ao redor do litoral siciliano antes da chegada e da ocupação grega na costa oriental, forçando os fenícios a se congregarem no lado ocidental da ilha: Tucídides (6.2.6); ver também Moscati (1968, p. 127-136), Aubet (2001) e Botto (2005). Para a datação da colonização grega, ver o estudo recente de Tsetskhladze (2006b, p. lxxvii-lxxviii), com referências.

é somente após os gregos se estabelecerem na costa síria que a Grécia começa a receber e apreciar produtos orientais, e que não há evidências precisas de colônias comerciais ultramarinas fenícias anteriores às gregas. Dito isso, eles podem ter sido os carregadores do pouco que de fato viajava para o mundo grego vindo do oriente antes do século VIII a.C. A natureza desse comércio não requeria o estabelecimento de postos regulares de comércio ou colônias até que o exemplo e a competição grega os levaram a tais empreendimentos.

Ideias similares continuam a circular:

No século VIII a.C., gregos estavam se movendo para territórios relativamente próximos ao centro e ao sul da Itália, enquanto os fenícios estabeleceram pequenos assentamentos na Sardenha e, mais tarde, no oeste e no sul. Os assentamentos gregos foram projetados para ser perenes. Já os fenícios desapareceram ao longo do tempo, provavelmente absorvidos pela população local (TSETSKHLADZE, 2006b, p. xlix).⁵

Muitas vezes, a discussão de determinado território é enquadrada em termos de “prioridade” grega ou fenícia, sem levar em consideração as paisagens compartilhadas (p.ex. BOARDMAN, 1999, p. 213, com relação à Espanha).

Sabatino Moscati, um dos primeiros estudiosos a discutir em detalhes a expansão fenícia no Mediterrâneo, quase de modo defensivo argumentou, em seu trabalho seminal sobre o tema, que a falta de evidência material anterior ao oitavo século – como era o caso até pouco tempo – não era razão para duvidar de textos gregos, bíblicos, e de registros fenícios que atestam atividade fenícia muito antes (MOSCATI, 1966). Por exemplo, ele via a famosa estátua de bronze de Melcarte, encontrada junto à costa oeste da Sicília, como datada da Idade do Bronze por motivos estilísticos gerais, e considerava isso um indicativo de presença fenícia na Sicília bem antes da Idade do Ferro (MOSCATI, 1968, p. 128).

Essa perspectiva negligenciava o mais numeroso material micênico encontrado nas costas sul e leste da ilha, além de influências no território, onde a cerâmica e a metalurgia locais por vezes adotavam formas e motivos decorativos micênicos (p.ex. Tapsos, Cozzo Pantano, Florida, Molinello, Matrensa e Milena: LEIGHTON, 1999, p. 170-180). Em conjunto, isso sugere que a ilha estava mais envolvida com a Grécia da Idade do Bronze (mais recentemente, VAN WIJNGAARDEN, 2002; LEIGHTON, 2005, p. 276-277) do que com a Fenícia, embora não necessariamente de forma exclusiva.⁶

⁵ Essa afirmação é estreita no foco e incorreta diante dos fatos, já que ignora a durabilidade dos assentamentos fenícios na Sicília e no norte da África, assim como as comunidades gregas que não conseguiram sobreviver no tempo. As fundações fenícias não eram menos “permanentes” do que as gregas. Tsetskhladze também ecoa as palavras de Boardman no epílogo da edição de 1999 de *The Greeks Overseas* (BOARDMAN, 1999, p. 169).

⁶ Escavações recentes no sítio costeiro meridional de Cannatello revelaram vasos cipriotas e micênicos da Idade de Bronze em contextos de habitação (DE MIRO, 1999), enquanto cerâmica cipriota da Idade do Bronze Recente foi encontrada em contextos funerários em Tapsos (LEIGHTON, 1999, p. 171). Albanese Procelli sugeriu que contatos cipriotas na Idade do Bronze inspiraram a produção de um vaso similar ao vaso vermelho torneado e lustroso (PROCELLI, 2003, p. 82) e a base anelar imitada

Hoje em dia é reconhecido que, desde o início da Idade do Ferro, fenícios estavam cruzando o Mediterrâneo e interagindo com diversas comunidades locais, sobretudo com assentamentos gregos das ilhas e das costas do continente, por meio da troca de mercadorias (BOTTO, 2007a; 2007b; ver também NIJBOER, 2005; 2006a; 2006b). A metalurgia do Oriente Próximo em contextos do século X a.C. em assentamentos gregos como Lefcandi e Cnossos tem sido atribuída por alguns à atividade mercantil fenícia (p. ex. PAPADOPOULOS, 1997; 1998; GUBEL, 2006). A presença de artesãos fenícios residentes ou itinerantes em Rodes (Ialysos), Creta (Cnossos, Comos, Eleuterna), Atenas, Lefcandi e Cós a partir do século IX a.C. tem sido defendida por muitos (COLDSTREAM, 1969; SHAW, 1989; STAMPOLIDIS, 2003; ver também NEGBI, 1992).

Todo esse período foi descrito por Niemeyer (1990, 1993, 1995, 2006) como uma fase de empreendedores mercantes fenícios no Mediterrâneo, onde artesãos, comerciantes, prospectores e agentes atravessaram o mar com pleno conhecimento uns dos outros e de seus fregueses, fase que antecede o assentamento fenício permanente em costas estrangeiras. Isso funciona como um paralelo muito preciso à atividade de pré-colonização grega, muitas vezes discutida por conta da presença de cerâmica grega em contextos ultramarinos que antecedem a fundação de colônias gregas naquela região (começando com BLAKEWAY, 1935; mais recentemente, ver DOMINGUEZ, 1989; RIDGWAY, 2004; DESCLOUDRES, 1990; TSETSKHLADZE; DE ANGELIS, 1994).

Assim, a cerâmica do Geométrico Médio em Etrúria, Lácio, Campânia e Sicília significou para muitos que os gregos estavam ativos na região antes do estabelecimento de assentamentos próximos (ver referências em HODOS, 2006, p. 94). A recente descoberta de cerâmica do início do século VI a.C. num assentamento do Mar Negro, perto de onde Mileto mais tarde fundou a colônia de Dioscúrias, estimulou a reconsideração da cronologia da atividade grega oriental na região para favorecer o papel da interação pré-colonial, a fim de corroborar o registro literário de colonização na região.

O caso da cerâmica de Tapso, na Sicília, representa um excelente exemplo do perigo do uso de fontes literárias como guia de interpretação em primeira instância. Por gerações, Tucídides forneceu a cronologia mais adotada para a fundação das colônias gregas na Sicília, com Naxos como a primeira fundação (em 734 a.C.), seguida de perto por Siracusa no ano seguinte e, cinco anos depois, por Mégara Hibleia (Tucídides, 6; DUNBABIN, 1948, p. 435-471; COLDSTREAM, 1968, p. 322-327; MORRIS, 1996).

A autoridade de Tucídides foi abalada nos anos de 1950 pela publicação de uma classe de cerâmica de Mégara Hibleia que parecia ser mais antiga do que qualquer outra conhecida de Siracusa. Essa classe é agora conhecida como cerâmica de Tapso, produzida em Corinto (recentemente, MORGAN, 1999a, p. 272-277; 1999b, 217-220; DE VRIES, 2003, p. 152-153). Para explicar essa anomalia, os escavadores de Mégara Hibleia se voltaram para a cronologia oferecida por Eusébio, cuja data mais antiga de fundação proposta para a subcolônia Selinus colocaria a fundação da

localmente (PROCELLU, 2003, p. 81, 105). Tigelas folheadas a bronze encontradas em Milena e Caldare podem ter origem cipriota (LEIGHTON, 1999, p. 178). Tais achados cipriotas estão na Sicília central, e não na ocidental.

própria Mégara Hibleia em aproximadamente 750 a.C. (VALLET; VILLARD, 1952), com Estrabão (6.267) oferecendo apoio adicional.

No fim da década de 1970, no entanto, uma cerâmica de Tapso quase idêntica, por isso considerada contemporânea, foi descoberta em Siracusa, e os argumentos para uma data de fundação anterior para Mégara Hibleia foram suprimidos (VALLET, 1978, p. 151; 1982, p. 15-16). Apesar de isso ser uma pequena nota no debate sobre primazia de fontes, suas repercussões poderiam ter sido muito mais substanciais, haja vista que a significância dessa discussão se baseia, em particular, no fato de que pouquíssima seriação de cerâmica coríntia foi estabelecida do material encontrado nos substanciais e bem preservados cemitérios de Siracusa e Mégara Hibleia.

A datação da fundação de Mégara Hibleia vinte anos antes da de Siracusa teria exigido que toda seriação e cronologia de Corinto fosse reconsiderada e ajustada de acordo, para um período em que a cerâmica coríntia era a principal produção grega a viajar pelos mares, muito usada como meio de datação dos contextos de seus locais de achado, que se estendem ao longo do Mediterrâneo.

Essa competição pela primazia entre estudiosos da Grécia e da Fenícia surge de uma perspectiva binária do Mediterrâneo que se relaciona com a tradição das metanarrativas: a de que a cerâmica era intimamente associada a pessoas. Sua recente desconstrução permitiu que o literário e o material se reconciassem de modo mais fácil nas arenas individuais de cada um deles, embora não necessariamente na arena global de interação do Mediterrâneo. Considere-se, por exemplo, a questão das datas das fundações fenícias e a noção de atividade pré-colonial. O próprio Moscati sugeriu que, no início, os fenícios viajavam como pequenos grupos no Mediterrâneo e se limitavam a desembarques, não deixando restos materiais, embora ele ainda considerasse isso uma espécie de colonização (MOSCATI, 1966, p. 127-136).

Isso explicaria as datas de fundação muito antigas mencionadas por autores remotos, as quais não foram fundamentadas de maneira arqueológica. Seria, portanto, uma segunda fase de colonização, que data do fim do século IX a.C. em diante, a primeira que podemos observar no registro material (AUBET, 2001, p. 23).

Perspectivas colonialistas e o vocabulário que as acompanham têm atormentado nosso discurso sobre os respectivos movimentos de colonização grega e fenícia, bem como a discussão sobre suas interações entre si. Descrever a fase inicial da atividade fenícia como colonização, ou as primeiras atividades gregas como pré-colonização, enquadra o debate em termos colonialistas, o que instantaneamente coloca um contra o outro, de modo teleológico, e tem contribuído para críticas à outra parte.

É o emprego da terminologia colonialista que tem moldado os argumentos de Lemos – favorável ao comércio e ao casamento fenício entre artesãos residentes em contextos gregos – e a ênfase dada por Raaflaub ao papel desempenhado por aristocratas gregos na disseminação de ideias durante essa época (LE MOS 2003; RAAFLAUB 2004; a interpretação de Raaflaub foi extrapolada por outros para os séculos X e IX a.C.: CRIELAARD, 1992/1993; 1999; BOARDMAN, 1999; 2001). Uma consequência é que críticas e contracríticas na busca pela primazia são circulares, porque o objetivo teleológico é o mesmo para ambos: primazia.

Para se libertar disso, alguns defendem o abandono completo de tal terminologia (OSBORNE, 1998). De fato, essas dificuldades foram reconhecidas por Niemeyer (1990, p. 480; 1993; 1995), que prefere evitar o termo “colonização” para qualquer fase fenícia, considerando a segunda fase, a de assentamento, mais como uma expansão do que como uma colonização, se bem também a utilize como meio de contrapor o

processo de assentamento ultramarino fenício ao contemporâneo e paralelo processo de fundação de assentamentos ultramarinos gregos. Assim, a escolha de vocabulário feita por Niemeyer se distancia de um confronto direto, porque ele retira a discussão de uma estrutura metanarrativa, criando, em vez disso, uma que parece exclusivamente ascendente (local, não global).

A pesquisa moderna continua a competir por meio do vocabulário, conquanto, em curioso paralelo com nossas antigas fontes literárias, agora seja mediante generalização. Grandes esforços foram feitos pelos estudiosos dos gregos nos últimos anos, para salientar as diferenças entre as várias áreas que compunham o mundo grego, a fim de enfatizar as diversidades de práticas que, no entanto, contribuíram para um sentido mais amplo de traços compartilhados que consideramos cultura grega. Mas eles não dão a mesma especificidade aos fenícios.

Desse modo, enquanto várias cidades-estados do mundo grego, como Corinto, Atenas e Siracusa, compartilhavam atributos gerais que as conectavam – por exemplo, tipos de construção, códigos sociais, linguagem e modos de vida ligados por redes cerimoniais, políticas e econômicas –, nos últimos anos a pesquisa tem ressaltado as diferenças notáveis em suas habitações, urbanismo e práticas que criavam diversidade entre elas (DOUGHERTY; KURKE, 2003; LOMAS, 2004; TSETSKHLADZE, 2006a; ver também HALL, 1997; 2002).

A recente discussão de Boardman (2006) sobre os gregos no Mediterrâneo Oriental serve como um exemplo a esse respeito. O autor dissecou papéis e atividades de várias populações gregas, distinguindo cuidadosamente os gregos orientais jônios dos eubeus no Levante. Ainda no que diz respeito às comunidades fenícias, ele resume sua cultura material da seguinte maneira:

A história das principais cidades portuárias fenícias é razoavelmente bem estabelecida. Os achados são abundantes, embora raramente de locais efetivamente escavados. As artes figurativas e decorativas dependem em larga medida do Egito e sempre olham para o sul, não para o norte (BOARDMAN, 2006, p. 513).

Estudiosos da Grécia continuam a agrupar as cidades-estados fenícias como uma única entidade cultural, mesmo quando se trata de sua interação mediterrânea, o que permanece em claro contraste com suas distinções entre vários grupos gregos que intercambiavam e se envolviam com o mundo fenício (recentemente, BOARDMAN, 2005; 2006; COLDSTREAM, 1998; 2000). Os estudiosos da Fenícia costumam discutir com mais frequência cidades-estados gregas individuais (p. ex. MARKOE, 2000; AUBET, 2001; e várias obras de Niemeyer), muitas vezes quanto à evidência da cerâmica. As exportações cerâmicas de cidades-estados gregas individuais são bastante distintas, e a longa história da pesquisa permite a identificação, facilitando a discussão específica.

Da mesma forma que Atenas, Corinto e Siracusa, contudo, cidades fenícias como Tiro, Sídon, Búblis, Beirute, Ugarit e Arruade tinham práticas diversas dentro de um enquadramento mais amplo de atributos compartilhados. Elas eram cidades-estados independentes, que, como suas contemporâneas gregas, frequentemente

eram rivais, exceto quando aliadas contra um adversário comum, como os neoassírios.⁷ Seus estilos artísticos eram diversos (WINTER, 1976; 1981), e seus mecanismos de conduzir seus meios de subsistência comerciais não eram uniformes.

Estudiosos distinguem entre rotas especificamente sidônias ou tírias no Mediterrâneo, como é visível com a distribuição dos amuletos egípcianizantes (FLETCHER, 2004, embora algumas alegações arqueológicas tenham sido desafiadas; BOARDMAN, 2005, p. 288-290). Motivos artísticos especificamente sidônios encontrados ao longo do Mediterrâneo durante o século VII a.C., como o escaravelho de quatro asas e a donzela nua (GUBEL, 2006), refletem papéis mais nuançados de cidades-estados fenícias específicas, vistas como agentes de disseminação de elementos culturais na Idade do Ferro Mediterrânea.

Não estou, entretanto, propondo o abandono de descrições coletivas em virtude da evidência de nossas habilidades de distinguir comunidades gregas e fenícias individuais. Primeiro, não é sempre possível identificar comunidades individuais de proveniência. Segundo, uma descrição coletiva ainda é um instrumento valioso de expressão, especialmente na escrita acadêmica. Esse é o caso, em particular, na discussão da formulação de modelos, em que enquadramentos interpretativos são delineados.

Padronizar com base nos dados é o fundamento básico para a análise e a interpretação, que são articuladas dentro de um enquadramento interpretativo. Assim, o jogo de puxa e empurra entre generalizações e diversidade no modo como a pesquisa discute gregos e fenícios reflete o paradoxo do processo de globalização, como apontado acima, por meio do qual o resultado de uma maior intensidade de contato e comunicação no nível global pode ser uma tentativa intensificada de delinear as fronteiras mais fortemente entre os diferentes grupos envolvidos uns com os outros numa arena global. Na medida em que isso é normalmente aplicado na análise da cultura por elas mesmas, também pode ser aplicado no nosso estudo dessas culturas.

A tensão entre generalizações e diversidade que agora existe nesse discurso reflete a recente desconstrução das metanarrativas dos movimentos de colonização gregos e fenícios, eles próprios caracterizados por generalizações. De maneira tradicional, as próprias colônias foram vistas como uma extensão da cultura da terra de origem (BOARDMAN, 1964; GRAHAM, 1964; MOSCATI, 1966, 1968). Para o mundo grego, a evidência para isso é tirada primariamente de duas esferas: a religião e a política. Dedicções em santuários pan-helênicos por colônias e cultos comuns entre colônia e metrópole foram vistos como reflexos de fortes laços religiosos com a terra de origem. Isso foi sustentado pela ampla evidência de interações políticas estendidas entre colônias e metrópoles, sobretudo com relação às contribuições para os fundos de guerra e o apoio militar pelas metrópoles às suas colônias, mesmo centenas de anos depois da fundação.

Esse é o caso, em especial, de Siracusa e Corinto durante os séculos V e IV a.C., quando Corinto mandou tropas para auxiliar nas questões internas de Siracusa,

⁷ O primeiro registro de tal aliança data da batalha de Qarqar em 853 a.C., na qual várias cidades-estados fenícias se uniram contra o Exército assírio de Shalmaneses III (858-824 a.C.), enfrentando-se no território de Hamath. O relato das relações entre cidades fenícias registrado nas Cartas de Amarna da Idade do Bronze, entretanto, implica conflito e competição de longa duração entre as cidades fenícias individuais nas suas interações políticas e comerciais.

o que resultou na aceitação de Siracusa a empregar um general coríntio para qualquer envolvimento militar futuro contra um inimigo estrangeiro (GRAHAM, 1964, p. 142-149, com referências antigas). Taras e Esparta durante o século IV a.C. representam outro exemplo (Diodoro 16.62.4). Em conjunto, isso promoveu nos estudiosos uma sensação de hegemonia da metrópole sobre a colônia, resultando em interpretações das fontes antigas como reflexos de uma “[crença geral] de que a nova comunidade era em muitos sentidos uma extensão da antiga” (GRAHAM, 1964, p. 215).

Hoje, todavia, as colônias gregas são cada vez mais vistas como entidades culturais independentes, envolvidas no mundo grego mediante práticas compartilhadas gerais, mas que, não obstante, articulam as próprias identidades por meio da diversidade local (ANTONACCIO, 2001; 2009; HALL, 2002; DE POLIGNAC, 1995). Embora elas sempre tenham sido vistas como independentes politicamente, os estudos recentes enfatizam mais sua coerência regional ao lado das distinções individuais do que sua participação coletiva numa metacultura.

Assim, agora percebemos que elas se envolviam umas com as outras numa arena explicitamente colonial, articulada pela competição evidenciada na cultura material, como formas cerâmicas, costumes funerários e práticas religiosas locais (SHEPHERD, 1995, 2000; ANTONACCIO, 2001, 2003, 2004, 2005). Ao mesmo tempo, sua participação em contextos pan-helênicos e envolvimento militares com suas metrópoles continentais representam sua persistência na arena do mundo grego.

O exemplo fenício clássico dessa mudança de paradigma é as interpretações do papel do *tophet*, definido como um precinto ritual a céu aberto em que o sacrifício humano ocorria como parte das práticas religiosas fenícias – os ossos eram colocados em urnas no precinto. A maioria dos *tophets* vem de fora da Fenícia. Eles foram encontrados principalmente nas colônias ocidentais, embora exemplos do Oriente Próximo também tenham sido identificados (AUBET, 2001, p. 63). Tradicionalmente, acreditou-se que tais rituais refletissem práticas metropolitanas, a despeito de nenhum *tophet* ter sido descoberto nas comunidades no território fenício. Moscati (1968, p. 77), por exemplo, observa: “Não existe evidência desses espaços sagrados verdadeiramente na Fenícia, mas não há dúvida de que eles existiram, se adicionarmos à evidência bíblica as provas abundantes fornecidas pelas escavações nas colônias ocidentais”.

Hoje, abordagens mais nuançadas reconhecem certos padrões em relação ao *tophet* que podem ter sido mais significativos em circunstâncias regionais (AUBET, 2001, p. 250-256). Por exemplo, a presença de um *tophet* pode sempre ser associada a outras características de urbanização, a um ponto que pode ser visto como a primeira expressão do caráter urbano do assentamento, no qual serviam para comunidades tanto cívicas quanto territoriais, e estavam enraizados em conceitos de cidadania.

Além disso, em vários casos no Mediterrâneo Central, eles podem ter servido como áreas funerárias para crianças abaixo de dois anos de idade e como zona sagrada da comunidade. De fato, Aubet resume a reflexão recente ao observar que, “embora os antecedentes do sacrifício *molk* sejam encontrados no oriente, sua forma definitiva e sua consolidação como prática coletiva são invenções cartaginesas. A implantação do *tophet* na Sicília e na Sardenha ligava essas colônias do Mediterrâneo central aos interesses políticos de Cartago” (AUBET, 2001, p. 255).

Em resumo, estudiosos devem ficar atentos ao modo como eles representam um “outro”, sobretudo em discussões que comparam e contrastam práticas observadas. Em particular, para culturas difundidas como as dos gregos e as dos fenícios, a pesquisa atual deve estar atenta aos múltiplos estágios de “globalidades”

analisados, pois interações em diferentes níveis são concomitantes. Podemos falar de uma cultura grega global ou uma cultura fenícia global, mas existem variações dentro dessas noções, bem como um nível mediterrânico global de interação no qual cada uma participava (junto de outras). A terminologia, portanto, é importante. De outro modo, permaneceremos suscetíveis a usar generalizações ou rótulos como tropos literários para sustentar nossos próprios argumentos, ainda que inadvertidamente, do mesmo modo que criticamos nossas fontes antigas por fazê-lo.

PROCESSOS COMPARTILHADOS DE COLONIZAÇÃO

Enquanto estudiosos podem generalizar acerca do “outro”, existe uma base mais comum entre gregos e fenícios com relação às suas interações uns com os outros e com outras populações no Mediterrâneo do que costuma ser aceito. Um exame de seus processos de colonização, especificamente, revela um surpreendente número de similaridades e práticas compartilhadas, a despeito dos esforços dos respectivos estudiosos para enfatizar a diferença e a distinção. Tal similaridade foi possível graças à interação na arena global do Mediterrâneo da Idade do Ferro.

Começamos pelos fenícios. Defende-se que o fornecimento fenício de metais para os neoassírios em troca de independência política em relação a esse poderoso império foi o principal motor das aventuras fenícias no Mediterrâneo durante a Idade do Ferro Inicial (FRANKENSTEIN, 1979; NIEMEYER, 1990). A hipótese da exploração de novos mercados em busca de recursos serve para explicar a presença de mercadores de elite e seus artesãos, instigando trocas sociais e comerciais com várias comunidades ao longo do Mediterrâneo durante os séculos X e IX a.C. (BONDÍ, 1988; GUBEL, 2006).

A consolidação de locais usados como parada estratégica na forma de comunidades ocupadas permanentemente pode ter sido uma solução prática derivada da natureza comercial de sua atividade. Procurar recursos e, subsequentemente, colonizar para facilitar a aquisição desses recursos é diferente de apenas procurar terras adequadas nas quais se fixar, e essa diferença tem disso aduzida como razão para considerar a atividade mediterrânica dos fenícios como fases de “expansão”, mais do que como períodos de atividade “pré-colonial” ou “colonial”, terminologia que implica uma relação premeditada entre as duas fases para a subsequente ocupação territorial (p. ex. nas obras de Niemeyer; ver também AUBET, 2001; GUBEL, 2006).

O estabelecimento de uma base permanente no fim do século IX a.C. em Cartago (BOTTO, 2005; NIJBOER, 2006a; NIEMEYER *et al.*, 2007) sem dúvida capitalizou o conhecimento fenício dos recursos do Mediterrâneo central e ocidental. Datas contemporâneas para material fenício em contextos sardenhos (Sant’Imbenia) sugerem que os fenícios eram conhecedores do mar Tirreno havia algum tempo. Não obstante, Cartago foi cuidadosamente selecionada, tendo-se em mente interesses permanentes e sustentabilidade – sua localização lhe permitia o controle das rotas marítimas entre a Itália e o Ocidente, enquanto a própria cidade foi desenhada com uma muralha que abrigava terra arável suficiente para sustentar uma grande população em tempos de cerco (TURFA, 2001; ver também LANCEL, 1995).

Assentamentos fenícios ultramarinos são muitas vezes caracterizados como portos de comércio para contrastá-los com a explícita busca por terra e território associada aos assentamentos ultramarinos gregos, e à luz do fato de que o fenômeno



da fundação de comunidades ultramarinas fenícias coincide com o comércio expandido entre a Fenícia e as áreas de assentamento (NIEMEYER, 2002, p. 99). Sugeriu-se que elas foram “projetadas e estabelecidas somente para consolidar e assegurar essas primeiras relações comerciais, as quais foram ameaçadas pelo novo e agressivo movimento de colonização dos gregos” (NIEMEYER, 1990, p. 485, 488; ver também NIEMEYER, 1993, p. 341; BOARDMAN, 2001; 2006).

Niemeyer argumenta que tais fundações não eram colônias num sentido estrito,⁸ em suma, porque o território da comunidade não era política ou administrativamente um território dependente. Pelo contrário, ele cita vários critérios decisivos para a escolha de um assentamento ultramarino fenício: uma área de assentamento não muito grande, com fronteiras naturais; uma localidade fácil de defender, como uma ilha ou um cordão litoral; bons portos; proximidade de facilidades para navegação; fácil acesso a territórios adjacentes ou mais distantes. São esses traços que refletem que os fenícios tinham “objetivos dramaticamente diferentes do movimento de colonização grega, os quais buscavam o ganho de terra arável” (NIEMEYER, 2002, p. 100, Cartago sendo uma notável exceção).

Esses traços são visíveis na evidência proveniente do extremo ocidente mediterrâneo. Uma característica comum dos assentamentos fenícios nessa região era que o assentamento estivesse numa ilha próxima da costa ou, mais comumente, posicionada no delta de um rio, por motivos mercantis e de comunicação, bem como para acesso a terras férteis e a possibilidade de cultivos irrigados, enquanto cemitérios eram situados fora das muralhas e/ou separados da colônia por um curso d’água. Esse é o caso de Gadir (moderna Cádiz), Toscanos, Morro, Lagos e Almuñécar (ver referências em AUBET, 2001, p. 314, 256-346). Mais longe ainda, a cidade de Ibiza, Motia, Tharros e Nora foram estabelecidas de modo similar (AUBET, 2001).

Tais características são também replicadas em muitos assentamentos gregos costeiros e refletem simples bom senso. Assentamentos gregos eram muitas vezes de tamanho modesto e limitados por água ou ambiente elevado, como em Pitecussas, Siris e Siracusa. Como tal, eram facilmente defensáveis. Além disso, estavam em locais navegáveis próximo a montanhas ou picos como o Etna, na Sicília (Naxos, Leontini, Siracusa, Mégara Hibleia), ou o Gebel Akhdar, na Cirenaica (Cirene, Barca, Hespérides), enquanto outros, como Massalia e Taras, localizavam-se onde grandes rios encontravam o mar.

Em todos esses exemplos, o acesso à terra arável – imediatamente ou por meio de relações com assentamentos estrategicamente localizados e, talvez, dependentes (p. ex. Pitecussas e Punta Chiarito: DE CARO, 1994; GIALANELLA, 1994) – é um traço recorrente. Cemitérios eram, de modo similar, localizados fora do ambiente urbano, seja separados por um curso d’água, como no caso de Siracusa, seja localizados além das muralhas (p. ex. Mégara Hibleia, Acragas, Metaponto, Cirene: BOARDMAN, 1999; TSETSKHLADZE, 2006a).

Pode-se argumentar, portanto, que uma tipologia geral desses primeiros assentamentos, fundados por gregos ou fenícios, é bastante similar. Diferenças são assim atribuíveis de modo mais apropriado a condições locais específicas do que a

⁸ Ele não defina um sentido estrito, mas faz uma comparação com critérios para uma pólis. Tal comparação é injusta, porém, porque os ideais físicos e políticos do conceito de pólis não haviam sido completamente desenvolvidos nesse período (NIEMEYER, 2006, p. 155; 1990, p. 484).

razões ideológicas mais amplas. O fato de existirem poucas áreas onde gregos e fenícios coexistiram territorialmente revela conhecimento do “outro”, portanto sugere que as similaridades eram, de fato, práticas compartilhadas oriundas da interação global estendida.

Como apontado acima, a presença de um território tem sido uma das principais distinções entre os modelos descritivos da colonização grega e fenícia. Muitos têm observado que uma das características definidoras de uma colônia grega está no fato de ela ter a própria terra para cultivo e de a autonomia da estrutura colonial depender de tal controle e organização territorial (AUBET, 2001, p. 348; HODOS, 2006, p. 21-22). Defende-se muitas vezes, em contraste, que raramente um assentamento ultramarino fenício teve algum tipo de controle político ou administrativo sobre seu território como uma entidade dependente. Em invés disso, sugeriu-se que economicamente o assentamento teria sido dependente do ingresso constante de recém-chegados (NIEMEYER, 2002, p. 96; 2006, p. 155).⁹ Um exame mais detido, todavia, revela que ambas as alegações podem ser desconstruídas.

Para os gregos antigos, sua escolha terminológica para descrever um assentamento reflete uma circunstância mais complexa, ditada mais pelo contexto de discussão do que pela mera definição (resumo da discussão recente com referências em TSETSKHLADZE, 2006b, p. xxxviii-xlii; HODOS, 2006, p. 19-20; HANSEN; NIELSEN, 2004). Os dois termos mais comuns usados pelos autores antigos para descrever assentamentos ultramarinos gregos são *apoikia* e *emporion*. O primeiro é definido como uma “casa distante da casa” e tem características sociopolíticas relacionadas à pólis, especialmente leis (HARRIS; RUBENSTEIN, 2004a), bem como características físicas, em particular uma *khora*, ou território, para fornecer a necessária base agrária para a autossuficiência do assentamento (MALKIN, 1997, p. 27; ver também MORRIS, 1991; MALKIN, 1994; WILSON, 1997).

Em contraste, um *emporion* é explicitamente comercial. Tendo em vista que o comércio grego era muito focado no mar, as características físicas de um *emporion* incluíam um porto, um cais, armazéns e edifícios administrativos associados (caracterizados pela descrição de Heródoto de Naucrátis, 2.178-9; HANSEN, 2006). Os estudos modernos presumem que um *emporion* não teria necessidade de uma *khora*, sobretudo porque nenhuma referência a uso de território foi feita por autores antigos quando discutiam *emporion*. É conhecido somente um exemplo de um assentamento nomeado como *emporion* que tinha um território – Pistiros –, e somente a partir de uma inscrição que data da metade do século IV a.C. (HANSEN, 2006, p. 32-34).¹⁰

No entanto, assentamentos podem ser tanto *emporion* quanto *apoikia*, e os contextos de tal terminologia são elucidativos da fluidez da descrição e da inadequação da pesquisa moderna ao pressupor significados fixos. Por exemplo, Heródoto cita Olbia no mar Negro como o *emporion* de Borístenes (4.17.1), conquanto seus cidadãos

⁹ A dependência em relação a recém-chegados não faz sentido na prática, pois os recém-chegados com suprimentos que decidiam ficar dependeriam ainda de mais recém-chegados que trariam suprimentos adicionais. Essas linhas de provisão não poderiam ser mantidas dessa maneira ao longo do ano, haja vista que a navegação no Mediterrâneo era uma atividade sazonal. Além disso, recursos adicionais disponíveis localmente devem ter sido essenciais para a sustentabilidades do assentamento.

¹⁰ A inscrição é SIG 43.486.10-12. Nossa terminologia deriva em especial do período clássico, e pode ser questionado quão apropriado pode ser aplicar esses termos para os assentamentos do período arcaico (HANSEN, 2006, p. 2-3).

sejam chamados de *olbiopolites* (4.18.1; HIND, 1995/1996, p. 116-117; 1997). Heródoto não está descrevendo Olbia e seus residentes como um tipo específico de cidade assentada. Antes, sua escolha de terminologia em cada passagem serve para enfatizar características específicas relevantes ao seu contexto.

No primeiro caso, o contexto de referência a Olbia é sua localização costeira, então faz sentido que Heródoto enfatize sua função como porto, por isso é apropriada sua escolha por um termo associado a portos dedicados ao comércio. No segundo caso, ele discute os próprios colonizadores, no contexto de sua digressão geográfica sobre onde as várias tribos citas viviam em relação aos assentamentos gregos ao longo do rio Bug. Aqui, o que importa para Heródoto é o fato de os gregos aderirem aos ideais da pólis, pois obediência ao império da lei é um dos traços que distinguem os gregos civilizados dos seus vizinhos bárbaros (para exemplos ver HARRIS; RUBENSTEIN, 2004b, p. 1). Portanto, o contexto literário determina a escolha da terminologia, mais do que uma definição fixa do próprio assentamento.

A relação dos dois termos pode ser vista na prática em Mégara Hibleia (DE ANGELIS, 2002). Cinco silos foram identificados dentro do ambiente urbano: três em associação com casas do fim do século VIII a.C. e dois no contexto da ágora do século VII a.C. Os silos eram tão grandes que serviam para estocar o dobro do cereal necessário anualmente para uma família durante seu ciclo de vida. O fato de três serem associados a contextos domésticos sugere que aquelas moradias exerciam um papel na comunidade envolvendo redistribuição de grãos, talvez indicativo de liderança comunitária. Os silos na ágora, com mais certeza, tinham natureza cívica.

De Angelis vê essa estocagem agrícola primitiva como um complemento para as atividades comerciais contemporâneas, pois considera que isso reflete um nascente comércio de grãos. Assim, a agricultura forma a base para o comércio em Mégara Hibleia, mais do que apenas servir para as necessidades da comunidade.

Quanto aos fenícios, suas colônias em geral são caracterizadas nos termos de uma diáspora comercial, a qual foi definida como redes de troca inter-regionais compostas por grupos especializados dispersos no espaço, mas culturalmente distintos, socialmente independentes e organizacionalmente coesos em relação às comunidades nas quais se assentaram (STEIN, 2002; COHEN, 1971; AUBET, 2001, p. 350-351, baseado no trabalho de CURTIN, 1984; VIVES-FERRÁNDIZ, 2008). Uma característica é que eles mantêm laços econômicos e sociais próximos com as comunidades relacionadas, as quais definem a si mesmas nos termos da mesma identidade cultural geral.

Com relação aos fenícios, isso é aparente nos laços políticos e materiais que suas comunidades mediterrânicas tinham com Cartago, em particular. Uma *koiné* cerâmica é observável entre Cartago, Sicília, Sardenha e Ísquia (ver referências em HODOS, 2006, p. 132-3; ver também CULICAN, 1982b; ANDERSON, 1990), e uma *koiné* secundária, na Espanha (AUBET, 2001, p. 329-333). O dialeto púnico e sua representação escrita por volta do século VI a.C. reflete outra *koiné* regional (MARKOE, 2000, p. 114). Mesmo na esfera da religião, a imolação de crianças num *tophet* é uma característica mais encontrada em colônias fenícias do extremo ocidente do que na própria Fenícia.

Existe, no entanto, uma crescente quantidade de evidências de que muitos assentamentos fenícios também exploraram a terra em função tanto de razões agrárias que se interconectam com o comércio quanto do controle do território. Por exemplo, na Espanha, demonstrou-se que os assentamentos fenícios na região da moderna

Málaga se engajavam mais com a produção agrária para sua própria autossuficiência, assim como por ganhos comerciais agrícolas, já que a região não se conectava facilmente às áreas da Espanha mais ricas em metais.

Uma alta porcentagem de ossos bovinos oriundos de toscanos indica que o gado era criado para consumo humano e para o uso como animais de tração, o que indiretamente fornece evidência para práticas agrícolas ao longo do rio Vélez, enquanto o registro faunístico no Cerro de Villar demonstra que a criação extensiva de animais era praticada por meio do pastoreio de animais grandes, como porcos e gado. Moendas, grandes quantidades de trigo e cevada, além de plantio extensivo, sugerem um cultivo de cereais num raio regional de 18 quilômetros. Há também evidência de que vinho era produzido e comercializado (AUBET, 2001, p. 315-24; WAGNER; ALVAR, 1989; ver também SAGONA, 2004). O estabelecimento de comunidades agrícolas dentro do território, visível em especial por volta do século VI a.C., consolidou o controle territorial de assentamentos maiores (AUBET; DELGADO, 2003).

Na Sardenha na metade do século VIII a.C., os fenícios primeiro fundaram os assentamentos costeiros de Nora e Tharros ao longo das costas sul e oeste, respectivamente, e Sulcis, na ilha de Sant'Antioco, na costa sudoeste. No fim do século VII a.C., novos sítios foram estabelecidos para facilitar contatos com o interior. Suas localizações refletem uma consciência estratégica das rotas entre a costa e o interior, as quais eram ricas em recursos minerais e, portanto, vias para o controle territorial, incluindo fortificações em topos de colina.

Alguns eram localizados para assegurar acesso fácil e direto às planícies férteis do interior. A distribuição geográfica desses locais e a subsequente disseminação de cerâmica fenícia pelo interior refletem o crescente envolvimento fenício na política interna da Sardenha (VAN DOMMELEN, 1998, 2006a, 2006b; TRONCHETTI; VAN DOMMELEN, 2005). O conceito de diáspora comercial não precisa ser um modelo exclusivo que caracterize os fenícios. A subsistência permanece importante, pois fornece meios de manter os assentamentos que se envolviam no comércio e formavam parte da rede comercial.

Em suma, assentamentos gregos e fenícios se envolviam com agricultura, diretamente por meio de assentamentos secundários ou indiretamente pela interação com as comunidades existentes. A questão do controle territorial não é distinta e separada, portanto, mas inter-relacionada. Assim, essas comunidades ultramarinas não eram tão diferentes nas suas razões para – e métodos de – exploração do ambiente.

É significativo que a atividade agrícola fenícia seja mais evidente em áreas geográficas onde não havia colônias gregas competindo diretamente. Os gregos não se assentaram na Sardenha e foram capazes de estabelecer interesses no extremo ocidente somente no século VI a.C., época em que os próprios assentamentos fenícios estavam perdendo a força comercial como resultado da queda de Tiro, do colapso do comércio de prata entre o Tartesso e o oriente e da ascensão política de Cartago, a qual começou a mudar a dinâmica da interação diaspórica.

Em contraste, em lugares como a Sicília, onde gregos e fenícios eram territorialmente corresidentes, são os gregos que parecem ter se expandido mais rápido e mais longe, mas sem expulsar os fenícios, embora o controle territorial fenício nessas regiões seja muitas vezes ignorado pelos estudiosos ou eclipsado pelas ações dos gregos. Na Sicília, por exemplo, Palermo e Solunto foram estabelecidas durante o século VI a.C., circunscrevendo, desse modo, a região noroeste da ilha ao controle territorial fenício, próximo do que Siracusa fez no tocante à região sudeste

da ilha durante o século VII a.C. por meio da fundação de Helorus, Acras, Casmenas e Camarina.

Sabemos pouco acerca das relações políticas entre Palermo, Solunto e Motia, mas é bastante provável que Motia tenha fundado e controlado, ou ao menos influenciado, as outras duas, ainda que todas as três fossem submetidas a Cartago – como subentendido em Tucídides (6.2.6) e Diodoro (20.58.2; 51.1) (AUBET, 2001, p. 231-234). Conquanto, sem dúvidas, as três servissem como estações comerciais, suas localizações também garantiam boa terra para agricultura, e o desenvolvimento de indústrias locais desde os inícios da fundação de cada uma sugere que tinham razões funcionais para além do simples comércio.

Em Motia, por exemplo, metalurgia do ferro e produção de corante púrpura são atestadas desde o século VII a.C. (AUBET, 2001, p. 233; HODOS, 2006, p. 91). A cerâmica produzida em Solunto teve uma distribuição que se estendeu de Motia e Palermo até Sabucina, Colle Madore, Himera e Lipari, sugerindo que conteúdos produzidos no local – mais provavelmente vinho, azeite e, talvez, garo – eram populares em toda a Sicília e em suas ilhas (HODOS, 2006, p. 132). Se a expansão sistemática para controlar território é vista como avidez por terra, da qual os gregos são muitas vezes acusados por motivos comerciais ou agrícolas, os fenícios devem ser também condenados. O estabelecimento de várias indústrias em Motia e nas cidades fenícias do interior da Sicília sugere que um estudo mais detido do território pode fornecer uma melhor compreensão de tais atividades.¹¹

As evidências demonstram que as práticas fundamentais de colonizadores e comunidades ultramarinas gregas e fenícias, em termos de localização e função, tal qual refletidas nos padrões de cultura material, podem não ter sido tão diferentes quanto os estudiosos, divididos pelas disciplinas, defenderam. Práticas compartilhadas durante esse período não devem surpreender, dado que a longa história de discurso em comum entre gregos e fenícios pode ser traçada até pelo menos o século X a.C. (recentemente, HODOS, 2006; COLDSTREAM, 1998; 2006).

Durante esse período mais recuado, o Chipre deve ter servido como um nó (*lynch pin*), com seus residentes gregos, fenícios e cipriotas, e existe evidência substancial de interação e trocas entre elites do Chipre e do Mediterrâneo central e oriental nessa época (CRIELAARD, 1998; SHERRATT, 2003; KNAPP, 2008, p. 281-297). Esses contatos foram a base para a formação de uma linguagem compartilhada de troca ritualizada de presentes que exigia conhecimento dos códigos culturais uns dos outros (CRIELAARD, 1998; COLDSTREAM, 2000; LUKE, 2003; HODOS, 2006).

Isso é correlato ao período de empreendedores mercantis fenícios e atividade pré-colonial mediterrânica grega. Tomando uma perspectiva mais global, porém, podemos reconhecer isso como uma época de intercâmbio pan-mediterrânico entre elites. Os objetos importados desse período em contextos gregos, fenícios e próximo-orientais eram sempre depositados em contextos de alto padrão, em especial sepultamentos de elite na Grécia e os conjuntos palaciais no Oriente Próximo (p. ex., NIEMEYER, 2003; 2004).

¹¹ O estudo de Albanese Procelli sobre a distribuição dos frascos e outros tipos cerâmicos fenícios em contextos sicilianos não fenícios durante os séculos VIII e VII a.C. (PROCELLI, 2006), interpretados agora como evidência de atividades comerciais, pode, no devido tempo, ser reconsiderado à luz do estudo adicional do território nos assentamentos fenícios na Sicília.

Por volta do século VIII a.C., quando fenícios e gregos estabeleceram bases permanentes ao longo do Mediterrâneo, tal intercâmbio dá lugar a formas mais regulares, maiores e menos exclusivas de troca, que vemos como comércio mais do que como trocas de presentes entre elites. Os valores compartilhados que faziam tais intercâmbios desejáveis, equitativos e significativos tanto para elites quanto para não elites devem nos incentivar a considerar mais detidamente os meios pelos quais a colaboração pode ter ocorrido para promover tais cálculos, seja via classe escribal no intercâmbio de saberes da escrita, seja via classe marítima que estava atravessando o Mediterrâneo.¹²

A história de Odisseu procurando passagem segura num navio fenício para fugir da captura (*Odisseia* 14.285-313) implica que a colaboração de gregos e fenícios em navios de carga não era uma ocorrência incomum (BOARDMAN, 2001). Colaboração, mais do que conflito aberto, parece ter sido um tema comum durante o período. Conflito era mais frequente contra outras populações, como entre gregos e sículos ou etruscos, ao menos segundo a evidência literária, mais do que diretamente entre gregos e fenícios. Tais agressões entre gregos e fenícios são mais características dos séculos V e IV a.C. e depois, quando suas respectivas condições e ambições sociopolíticas eram muito diferentes.

A compreensão cultural mútua destacada acima deu origem a uma tradição similar de mitos de fundação para colônias fenícias e gregas nas obras dos posteriores autores do período clássico. Não podemos tomar tais fontes pelo seu valor nominal, haja vista que elas foram escritas centenas de anos depois dos eventos descritos, para uma audiência com práticas sociais e preocupações políticas diferentes, bem como por autores com suas próprias agendas literárias. Portanto, há sempre a exigência de um elemento de interpretação quando tais fontes são usadas para compreender eventos e práticas do passado.

As características compartilhadas atribuídas por autores posteriores às histórias de fundação fenícias, não obstante, implicam que eles viam esses assentamentos como sendo de tipo similar ou com posição histórica semelhante aos dos gregos. Por exemplo, a história da fundação de Cartago foi preservada para nós por Flávio Josefo (*Contra Apíão*, 1.125) e Justino (18.4-6), que explicam que a fundação foi um meio de resolver um conflito político em Tiro, em 814 a.C. – as fontes antigas registram uma população estratificada politicamente liderada por um rei. A morte do rei antes que seus herdeiros tivessem idade para assumir resultou num conflito entre a irmã mais velha *Elishat* (Elissa; Dido) e seu irmão mais novo *Pumayyaton* (Pumai; Pigmalião)

¹² Nem tudo pode ser atribuído à colaboração, já que um sentimento de competição deve ter existido entre gregos e fenícios, seja pelo sucesso comercial, seja pela aquisição territorial. Os padrões de assentamento implicam o conhecimento do “outro” e um desejo explícito de evitar conflito direto por meio da competição por território. Evidência de competição, portanto, pode ser mais facilmente observada em arenas comerciais. Foi sugerido que bens de diversas culturas num sítio particular podem ser um reflexo da competição em mercados particulares, mais do que empreendimentos de cooperação (WINTER, 1995, p. 254-255). A própria competição demonstra a rede global de conhecimento compartilhado e discurso comum, refletindo não somente a consciência das demandas do usuário (ou o desejo: FOXHALL, 1998), mas também consciência da competição, de modo a competir com sucesso. Uma discussão completa está além do escopo deste artigo.

acerca de quem governaria. A irmã seria aquela que partiria junto de seus apoiadores aristocráticos para fundar a colônia de Cartago.¹³

Tal datação da fundação no século IX a.C. foi muito recentemente corroborada por exames de radiocarbono em cinco conjuntos ósseos encontrados nos estratos mais antigos de ocupação na área do *decumanus maximus*, contextos que parecem não pertencer a um assentamento pré-fenício no sítio anterior ao assentamento fundado por fenícios (DOCTER *et al.*, 2005; NIEMEYER *et al.*, 2007).

Mais importante, a similaridade de tropos entre mitos de fundação fenícios e gregos revela um reconhecimento e uma apreciação de traços e experiências compartilhados entre gregos e fenícios que permitiam a escritores antigos discutir essas histórias com confiança de que as implicações por trás delas seriam compreendidas por um público contemporâneo. O conflito político-civil é um tema recorrente nas histórias de fundação de muitas colônias gregas, como Siracusa e Cirene (Siracusa: Plutarco, 772c-773b; Cirene: Heródoto, 4.150-58).

De fato, o papel do conflito e o resultado de uma fuga aristocrática como visto na lenda de Cartago é bastante próximo, inclusive, da lenda da fundação de Siracusa como narrada por Plutarco, na qual Arquias, um membro da elite dos Heráclidas, foi rejeitado em seu esforço para ganhar o amor do jovem Acteão. Os seguidores de Arquias tentaram abduzir o jovem, que acabou morrendo na luta entre seus raptos e salvadores. O pai do jovem cometeu suicídio diante de sua morte, mas não sem antes invocar a maldição sobre a cidade, que resultou em seca e fome.

Uma delegação coríntia, incluindo Arquias, consultou o oráculo de Delfos. Como vingança pela morte de Acteão, Arquias se exilou voluntariamente de Corinto para a Sicília, onde fundou Siracusa. Essa trágica história de amor pode ser vista como uma alegoria para o conflito político entre os membros da classe governante aristocrática.¹⁴ Como tal, esse tropo particular cria um paralelo entre Cartago e Siracusa que refletia um equilíbrio respeitado em termos de força e influência políticas. Isso se deu apesar de Cartago ser (e por isso) uma cidade com a qual os gregos estiveram diretamente envolvidos num conflito na Sicília no fim do século V a.C. Na época em que essa lenda foi registrada pela primeira vez, dois séculos depois,¹⁵ autores clássicos reconheceram Cartago como um oponente digno e admitiram sua expansão “imperialista” como semelhante às ações de Atenas no século V a.C. (BARTOLONI, 2003, p. 200).

A prática compartilhada de fundações coloniais aristocráticas, como evidenciada pelas lendas de Cartago e Siracusa, não era a única base comum para as fundações ultramarinas, e o mito de fundação de Cartago não é o único exemplo fenício que chegou até nós. Estrabão (3.5, 5) compilou lendas de colônias fenícias na Espanha, como Gadir, sobre a qual é dito que os tírios partiram para a fundação sob ordens de um oráculo que deu direções precisas. Mitos de fundação a partir de oráculos são comuns entre as colônias gregas, como Siracusa, Crotona, Taras, Alalia, Cirene,

¹³ A lenda é aceita pelos estudiosos da cultura fenícia (AUBET, 2001, p. 214-218; NIEMEYER, 2006, p. 161).

¹⁴ Facções dentro da elite de Corinto são evidentes no fato de Arquias ser especificamente um heráclida, e presume-se que ele seja um baquíada, família que governou Corinto nessa época (GRAHAM, 1964, p. 220, n. 2; ver também DOUGHERTY, 1993, p. 17, para um paralelo).

¹⁵ A lenda de fundação de Cartago é registrada primeiro por Timeu de Tauromênio, no início do século III a.C. A história é repetida por Menandro de Éfeso, na primeira metade do século II a.C., cuja notas foram coletadas por Flávio Josefo (ver LANCEL, 1995, p. 22-23).

Tarento e Régio (MALKIN, 1987, p. 17-91).¹⁶ Lendas alternativas da fundação de Gadir falam de uma grande tempestade ou acaso que levou à fundação do assentamento. Desastres naturais também exercem um papel nos mitos de fundação de cidades gregas, incluindo Cirene, Régio e Siracusa (Cirene: Heródoto, 4.151.1; Régio: Estrabão, 5.257; Siracusa: Plutarco, 772c-773b).

Essa interação ocorria além de gregos e fenícios, impactando as populações com as quais coexistiram. A arena global de tal discurso pode ser claramente exemplificada nas ações do siciliano Ducetius. Durante a metade do século V a.C., Ducetius se estabeleceu como líder de uma liga sícula após liderar uma vitoriosa aliança sículo-siracusana contra Catania, em 461 a.C., como vingança por haver tomado território sículo (Diodoro Sículo, 11.76.3).

Em 459 a.C., ele fundou Menai e redistribuiu o território circundante aos seus colonos de modo próximo àquele de colonos e tiranos gregos de períodos anteriores. No mesmo ano, destruiu a cidade de Morgantina por ser abertamente grega e a refundou politicamente. Em 451 a.C., atacou Inessa, ameaçando o território da região de Acraga. Numa manobra militar de proteção, foi forçado a fugir, e assim o fez, entrando em Siracusa, dirigindo-se ao mercado e se refugiando no altar dos deuses. Foi exilado em Corinto, a expensas de Siracusa, e permaneceu ali por três anos, para então escapar e retornar para a Sicília, perdoado e munido com um oráculo de Delfos que o instruíra a criar um novo assentamento, o qual fundou em Kale Akte.

As próprias ações de Ducetius também operam simultaneamente em múltiplos níveis de discurso. As descrições de seus feitos por Diodoro combinam com as de um fundador ou tirano, como apontado por Malkin, Demand, Antonaccio e outros. Ele obtém oráculos de fundação, refunda cidades e parcela terras. Suas ações são, na verdade, bastante gregas, ainda que em nome de uma hegemonia sícula. Ou, antes, suas ações foram descritas de um modo que teria sido compreendido pelo leitor de Diodoro. Se interpretar ações históricas com base em fontes tardias é sempre problemático, como dito acima, isso deve indicar alguma forma de ação história que o próprio Diodoro poderia reconhecer e relacionar com outras em sua própria época.

O que é mais significativo para a presente discussão é que Ducetius usa sua compreensão dos modos gregos para manipular a situação política na Sicília de sua época. Seu exílio em Corinto e o retorno munido de um oráculo, em particular, demonstram sua profunda compreensão da política mítica, da heroicização e do controle político, que lhe permitiram agir de maneira compreensível para os gregos e interagir com eles usando conceitos que entenderiam. Em outras palavras, Ducetius, nessa esfera, fez parte de um sentido global de cultura mediterrânica durante o século V a.C. por meio de práticas compartilhadas.

Ao mesmo tempo, seu foco na hegemonia sícula fornece um contraponto ao discurso global por meio de sua articulação da identidade sícula em nível local. O equilíbrio entre as duas é refletido na assimilação por Ducetius das noções e dos estilos gregos, os quais transformou para resultar numa reafirmação da identidade sícula.

¹⁶ As inconsistências cronológicas em relação às práticas religiosas ou aos materiais arqueológicos estão além do escopo da presente discussão.

CONCLUSÕES

Existe um *corpus* substancial de características compartilhadas entre as colônias gregas e fenícias nos traços tipológicos dos assentamentos físicos, nas suas funções e mecanismos de controle territorial – sobretudo quando fora da competição direta uns com os outros – e nos tropos de mitos de fundação compartilhados. Sem dúvida, a disseminação do alfabeto fenício aos gregos, assim como o conhecimento recíproco derivado de relações duradouras entre elites desde pelo menos o século X a.C., reflete o conhecimento compartilhado e a compreensão do “outro”, que podem ser estendidas a ideologias compartilhadas, embora isso seja mais difícil de comprovar.

Com um claro discurso comum em tantos níveis materiais e históricos, as similaridades entre as características físicas e socioeconômicas das colônias gregas e fenícias não deveriam surpreender. A necessidade de terra por motivos agrários e por oportunidades de ganho comercial são traços compartilhados adicionais e os mecanismos para atingir esses objetivos. Assim, os conceitos abrangentes de processos de colonização gregos e fenícios tem diversas características compartilhadas que se relacionam a um pan-mediterranismo global da Idade do Ferro.¹⁷

Mesmo em nível material bastante básico, produtos gregos e fenícios foram encontrados nas colônias uns dos outros, sugerindo interesses materiais e talvez valores sociais comuns – e, conseqüentemente, conhecimento sociocultural do “outro” (DOCTER; NIEMEYER, 1994; NIEMEYER, 2003, 2004). Esses entendimentos mútuos e práticas compartilhadas contribuem para um sentimento de conectividade ativa e de escopo mediterrânico (global), ou seja, de mediterraneização. Mais do que práticas replicadas de modo idêntico, estes são traços compartilhados, e tal aspecto nuançado é significativo para a discussão da globalização, pois ele nos permite ao mesmo tempo reconhecer e discutir as variações locais observadas entre (e mesmo dentro desses) esses traços compartilhados.

Além disso, por sua própria natureza, esses componentes evoluem continuamente, portanto qualquer discussão de mutualidade deve ser contextualizada no tempo. No entanto, quando definiam o que era que produzia o “outro”, culturas do passado estavam, a um só tempo, definindo a si mesmas e desenvolvendo as próprias identidades. De modo material, elas se manifestam como as variações mais locais visíveis no registro arqueológico. Essas são as mais reais e concretas expressões da identidade sociocultural pelos indivíduos.

Em relação à Idade do Ferro, portanto, pode-se classificar o próprio Mediterrâneo como um tipo de território intermediário em escala global para tais interações, trocas e competições (para o mundo antigo, ver também: HODOS, 2009, com referências; ANTONACCIO, 2009; HALES; HODOS, 2009). Em tal contexto, o Mediterrâneo serve como um meio de interpretar as interações físicas, materiais e sociais de fenícios, gregos e outros, permitindo-nos conceitualizar suas interações, nas quais todos tinham agência e necessidade mútua.

O equilíbrio entre o local e o global resulta em dificuldades na elaboração de modelos, em especial na aplicação de um modelo único para dar conta da diversidade

¹⁷ Elementos desses traços globais são também encontrados em outras populações mediterrânicas da Idade do Ferro com as quais gregos e fenícios estavam em contato (ver HODOS, 2006, dedicado a este aspecto particular).

visível entre grupos que podem simultaneamente ser generalizados, como van Dommelen apontou acerca do mundo fenício (VAN DOMMELEN 2005) e como pode ser argumentado sobre os assentamentos gregos (p. ex. TSETSKHLADZE, 1999; LOMAS, 2004). O papel de “local” neste estudo foi exercido pelas culturas grega e fenícia, com o Mediterrâneo servindo como a arena “global” de interação.

Nesse enquadramento, podemos ver o paradoxo do modelo de globalização. Assim, enquanto características unificadoras são aparentes, as colônias fenícias não podem coletivamente ser categorizadas por meio de uma definição singular. Algumas foram estabelecidas para capitalizar a partir de oportunidades de comércio de recursos minerais, como Gadir e, em menor grau, assentamentos na Sardenha, enquanto outras serviram a outros propósitos, como controle de rotas marítimas – p. ex., Cartago – ou para produção agrícola, como os assentamentos costeiros de Málaga e talvez aqueles de Sicília e Sardenha.

O recente estudo de López Castro sobre os vasos de alabastro egípcios em contextos funerários e urbanos fenícios na Espanha destacou que esses colonizadores estavam engajados em avançar socialmente no uso de objetos de prestígio, sem relação com a função primária de seus assentamentos em função do comércio mediterrânico (LÓPES CASTRO, 2006). Em suma, tais assentamentos e seus equivalentes gregos respondiam e se envolviam com suas condições locais, sobretudo se houvesse competição com outras populações com interesses pan-mediterrânicos. Desse modo, as circunstâncias locais de cada região desafiam a generalização coletiva.

A despeito disso, modelos singulares podem ainda exercer um papel na discussão dos movimentos de colonização na Idade do Ferro. Para isso, o enquadramento da globalização é útil, tendo em vista que nossos meios de expressar os traços comuns compartilhados por uma cultura e entre culturas podem ser mais bem caracterizados como as essências de noções compartilhadas de identidade do que como as descrições explícitas de práticas replicadas de modo idêntico. Tal interpretação nos permite pensar os elementos comuns coletivamente vistos como cultura fenícia ou grega, possibilitando, ao mesmo tempo, variações dentro de cada uma. O foco, portanto, se concentra nas práticas explícitas vistas como expressões de identidades em vários contextos sociais, culturais e mesmo físicos (p. ex. HALES; HODOS, 2009).

Em tais casos, a dualidade entre o local e o global é evidente. A despeito de diferenças regionais, há indicadores compartilhados de uma identidade em comum que pode ser considerada em nível mais amplo. Para os fenícios, isso seria o uso do alfabeto fenício, malgrado as versões regionais de escrita, os formatos e os estilos cerâmicos de origem fenícia amplamente utilizados. Em cada caso, o mesmo pode ser dito a respeito do mundo grego. A língua grega tinha formas regionais de escrita e de fala, ainda assim era reconhecida como uma única. Igualmente, práticas religiosas tinham diferenças regionais e similaridades coletivas, ao passo que formas cerâmicas partilhavam, ao mesmo tempo, formato e motivos ainda que não fossem idênticos, e sempre com variações locais.

Assim, um modelo único pode ainda ser apropriado como um meio de identificação, mas as dificuldades começam a aparecer quando é usado para classificação, pois diferenças regionais e variações locais requerem subdivisões que diluem a impressão geral de similaridade. No caso da colonização grega e fenícia, é evidente que as metanarrativas tradicionais não podem mais ser substanciadas em suas formas dualistas. Ao incluir simultaneamente o equilíbrio entre a dualidade de noções locais e globais em várias escalas, os enquadramentos que emergem

aqui nos distanciam da tradicional busca circular pela primazia de um ou de outro. Como tais, habilitam-nos a discutir os níveis variáveis de interações globais coletiva e individualmente, servindo como um caminho a seguir para uma melhor compreensão do Mediterrâneo da Idade do Ferro.

REFERÊNCIAS

ALBANESE PROCELLI, R.M. *Sicani, Siculi, Elimi*. Milan: Longanesi and Co., 2003.

ALBANESE PROCELLI, R.M. Pilgrim flasks dalla Sicilia, *In*: HERRING, E.; LEMOS, I.; LO SCHIAVO, F.; VAGNETTI, L.; WHITEHOUSE, R.; WILKINS, J. (ed.). *Across Frontiers: Etruscans, Greeks, Phoenicians and Cypriots*. Studies in Honour of David Ridgway and Francesca Romana Serra Ridgway. London: Accordia, 2006. p. 111-125.

ANDERSON, W.P. The beginnings of Phoenician pottery; vessel shape, style, and ceramic technology in the early phase of the Phoenician Iron Age. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, Baltimore, v. 279, p. 35-54, 1990.

DE ANGELIS, F. Ancient past, imperial present: the British Empire in J. Dunbabin's *The Western Greeks*. *Antiquity*, Gloucester, v. 72, p. 539-549, 1998.

DE ANGELIS, F. Trade and agriculture at Megara Hyblaia. *Oxford Journal of Archaeology*, Oxford, v. 21, n. 3, p. 299-310, 2002.

ANTONACCIO, C.M. Colonization and acculturation, *In*: MALKIN, I. (ed.). *Ancient Perceptions of Greek Ethnicity*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2001. p. 113-157.

ANTONACCIO, C.M., Hybridity and the cultures within Greek culture, *In*: DOUGHERTY, C.; KURKE, L. (ed.). *The Cultures within Ancient Greek Culture: Contact, Conflict, Collaboration*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 57-74.

ANTONACCIO, C.M. Siculo-geometric and the Sikels: identity and material culture in eastern Sicily, *In*: LOMAS, K. (ed.). *Greek Identity in the Western Mediterranean*. Leiden: Brill, 2004. p. 55-81.

ANTONACCIO, C.M. Excavating colonization, *In*: HURST, H.; OWEN, S. (ed.). *Ancient Colonizations: Analogy, Similarity and Difference*. Bristol: Duckworth, 2005. p. 97-113.

ANTONACCIO, C.M. (Re)defining ethnicity: culture, material culture, and identity. *In*: HALES, S.; HODOS, T. (ed.). *Material Culture and Social Identities in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 32-53.



AUBET, M.E. *The Phoenicians and the West: Politics, Colonies, and Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

AUBET, M.E.; DELGADO, A. La colonia fenicia del Cerro del Villar y su territorio. *In: GÓMEZ BELLARD, C. (ed.). Ecohistoria del paisaje agrario: la agricultura fenicio-púnica en el Mediterráneo*. Valencia: Univeristat de València, 2003. p. 57-74.

BALLARD, R.D.; STAGER, L. E.; MASTER, D. ; ET AL. Iron Age shipwrecks in deep water off Ashkelon, Israel. *American Journal of Archaeology*, Boston, v. 106, n. 2, p. 151-168, 2002.

BARTOLONI, P. The Phoenicians and Carthage in the central Mediterranean between the 8th and the 5th centuries BC. *In: STAMPOLIDIS, N. C.; KARAGEORGHIS, V. (ed.). Ploes: Sea Routes: Interconnections in the Mediterranean, 16th-6th c. bc: Proceedings of the International Symposium held at Rethymnon, Crete, September 29th-October 2nd, 2002*. Athens: University of Crete and the A.G. Leventis Foundation, 2003. p. 197-200.

BELOCH, K.J. *Griechische Geschichte*. Strassburg: Trübner, 1893-1904.

BIERLING, M.R. (ed.) *The Phoenicians in Spain*. Winona Lake (IN): Eisenbrauns, 2002.

BLAKEWAY, A. Prolegomena to the study of Greek commerce with Italy, Sicily and France in the eighth and seventh centuries BC. *Annual of the British School at Athens*, London, v. 33, p. 170-208, 1935.

BOARDMAN, J. *The Greeks Overseas*. Harmondsworth: Penguin, 1964.

BOARDMAN, J. *The Greeks Overseas*. 4th edition. London: Thames and Hudson, 1999.

BOARDMAN, J. Aspects of colonization. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, Baltimore, v. 322, p. 33-42, 2001.

BOARDMAN, J. Al Mina: notes and queries. *Ancient West and East*, Leiden, v. 4, n. 2, p. 278-291, 2005.

BOARDMAN, J. Greeks in the East Mediterranean (south Anatolia, Syria, Egypt). *In: TSETSKHLADZE, G. R. (ed.). Greek Colonization: an Account of Greek Colonies and Other Settlements Overseas*. Leiden: Brill, 2006. p. 507-534.

BONDÍ, S.F. Problemi della precolonizzazione fenicia nel Mediterraneo centro-occidentale. *In: ACQUARO, E. Momenti precoloniali nel Mediterraneo antico*. Rome: Consiglio Nazionale della Recherche, 1988. p. 241-255.

BOTTO, M. Per una riconsiderazione della cronologia degli inizi della colonizzazione fenicia nel Mediterraneo centro-occidentale. *In: BARTOLONI, G.; DELPINO, F. (ed.)*.



Oriente e Occidente: metodi e discipline a confronto. Riflessioni sulla cronologia dell'età del ferro in Italia, Atti dell'Incontro di studi, Roma, 30-31 ottobre 2003. *Mediterranea*, 1 (2004). Pisa: Istituti Editoriali e Poligrafici Internazionali, 2005. p. 579-628.

BOTTO, M. Da Sulky a Huelva: considerazioni sui commerci fenici nel Mediterraneo antico. *Annali dell'Istituto Orientale di Napoli (AION)*, Napoli, v. 11-12, n. 2004-2005, p. 9-27, 2007a.

BOTTO, M. I rapporti fra la Sardegna e le coste mediotireniche della Penisola Italiana: la prima metà del I millennio a.C. In: DELLA FINA, G. M. *Etruschi, Greci, Fenici e Cartaginesi nel Mediterraneo centrale*. Atti del XIV Convegno Internazionale di Studi sulla Storia e l'Archeologia dell'Etruria (Annali della Fondazione per il Museo Claudio Faina 14.) Florence: Edizioni Quasar, 2007b. p. 75-136.

BUNNENS, G. Histoire événementielle. Partim Orient. In : KRINGS, V. *La civilisation phénicienne et punique*. Manuel de recherche, ed. V. Krings. (Handbuch der orientalistik I. Abt. Bd. 20.) Leiden: Brill, 1995. p. 222-236.

DE CARO, S. Appunti per la topografia della chora di Pithekoussai nella prima età coloniale, In: D'AGOSTINO, B. ; RIDGWAY, D. *Apoikia: Scritti in onore di G. Buchner*. (AION n.s. 1.) Naples: Istituto universitário orientale, 1994. p. 37-45.

COHEN, A. Cultural strategies in the organization of trading diasporas. In: MEILLASSOUX, C. (ed.). *The Development of Indigenous Trade and Markets in West Africa*. Oxford: Oxford University Press, 1971. p. 266-281.

COLDSTREAM, J.N. *Greek Geometric Pottery*. London: Methuen, 1968.

COLDSTREAM, J.N. The Phoenicians of Ialysos. *Bulletin of the Institute of Classical Studies*, London, v. 16, p. 1-8, 1969.

COLDSTREAM, J.N. The first exchanges between Euboeans and Phoenicians: who took the initiative? In: GITIN, S.; MAZAR, A.; STERN, E. (ed.). *Mediterranean Peoples in Transition*. In Honor of Professor Trude Dothan. Jerusalem: Israel Exploration Society, 1998. p. 353-360.

COLDSTREAM, J.N. Exchanges between Phoenicians and early Greeks. *National Museum News*, Ottawa, v. 11, p. 15-32, 2000.

COLDSTREAM, J.N. Other peoples' pots: ceramic borrowing between early Greeks and Levantines, in various Mediterranean contexts. In: HERRING, E.; LEMOS, I.; LO SCHIAVO, F.; BAGNETTI, L.; WHITEHOUSE, R.; WILKINS, J. (ed.). *Across Frontiers: Etruscans, Greeks, Phoenicians and Cypriots*. Studies in Honour of David Ridgway and Francesca Romana Serra Ridgway. London: Accordia, 2006. p. 49-55.

CRIELAARD, J.P. How the West was won: Euboeans vs Phoenicians. *Hamburger Beiträge zur Archäologie*, Hamburg, v. 19-20, p. 235-60, 1992-1993.



CRIELAARD, J.P. Surfing on the Mediterranean web: Cypriot long-distance communications during the eleventh and tenth centuries BC. *In: KARAGEORGHIS, V.; STAMPOLIDIS, N. Eastern Mediterranean: Cyprus-Dodecanese-Crete 16th-6th C BC.* Athens: University of Crete and A.G. Leventis Foundation, 1998. p. 187-204.

CRIELAARD, J.P. Production, circulation and consumption of Early Iron Age Greek pottery (eleventh to seventh centuries bc). *In: CRIELAARD, J. P.; STISSI, V.; VAN WINGGAARDEN, G. J. (ed.). The Complex Past of Pottery.* Amsterdam: Gieben, 1999. p. 49-81.

CULICAN, W. Discussion contribution. *In: NIEMEYER, H. G. (ed.). Phönizier im Westen.* Mainz: von Zabern, 1982a. p. 28.

CULICAN, W. The repertoire of Phoenician pottery. *In: NIEMEYER, H. G. (ed.). Phönizier im Westen.* Mainz: von Zabern, 1982b. p. 45-78.

CURTIN, P.D. *Cross-Cultural Trade in World History.* Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

DELGADO, J.P. Nautical and maritime archaeology, 2006–2007. *American Journal of Archaeology*, Boston, v. 112, p. 307-335, 2008.

DESCOUDRES, J.-P. (ed.). *Greek Colonists and Native Populations.* Oxford: Clarendon Press, 1990.

DOCTER, R.F.; Niemeyer, H. G. Pithekoussai: the Carthaginian connection. On the archaeological evidence of Euboeo-Phoenician partnership in the 8th and 7th centuries BC. *In: D'AGOSTINO, B.; RIDGWAY, D. Apoikia.* Scritti in onore di G. Buchner (AION n.s. 1.) Naples: Istituto universitario orientale, 1994. p. 101-115.

DOCTER, R.F.; NIEMEYER, H. G.; NIJBOER, A. J.; VAN DER PLICHT, J. Radiocarbon dates on animal bones in the earliest levels of Carthage. *In: BARTOLONI G.; DELPINO, F. (ed.). Oriente e Occidente: metodi e discipline a confronto. Riflessioni sulla cronologia dell'età del ferro in Italia, Atti dell'Incontro di studi, Roma, 30-31 ottobre 2003. Mediterranea, 1 (2004).* Pisa: Istituti Editoriali e Poligrafici Internazionali, 2005. p. 557-577.

DOMINGUEZ, A.J. *La colonización griega en Sicilia: griegos, indígenas y punicos en la Sicilia arcaica – intracción y aculturación.* (British Archaeological Reports S549.) Oxford: BAR, 1989.

VAN DOMMELEN, P. *On Colonial Grounds: a Comparative Study of Colonialism and Rural Settlement in First Millennium BC West Central Sardinia.* Leiden: Faculty of Archaeology, University of Leiden, 1998.

VAN DOMMELEN, P. Colonial interactions and hybrid practices. *In: STEIN, G. J. (ed.). The Archaeology of Colonial Encounters.* Santa Fe (NM): School of American Research Press, 2005. p. 109-141.



VAN DOMMELEN, P. The orientalizing phenomenon: hybridity and material culture in the western Mediterranean. *In: RIVA, C.; VELLA, N. (ed.). Debating Orientalization.* London: Equinox, 2006a. p. 135-152.

VAN DOMMELEN, P. Punic farms and Carthaginian colonists: surveying Punic rural settlement in the central Mediterranean. *Journal of Roman Archaeology*, Michigan, v. 19, p. 7-28, 2006b.

DOUGHERTY, C. *The Poetics of Colonization.* Oxford: Oxford University Press, 1993.

DOUGHERTY, C.; KURKE, L. (ed.). *The Cultures within Ancient Greek Culture.* Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

DUNBABIN, T.J. *The Western Greeks.* Oxford: Clarendon Press, 1948.

FEATHERSTONE, M. *Consumer Culture and Postmodernism.* London: Sage, 1991.

FEATHERSTONE, M. *Undoing Culture: Globalization, Postmodernism and Identity.* London: Sage, 1995.

FLETCHER, R., Sidonians, Tyrians and Greeks in the Mediterranean: the evidence from Egyptianising scarabs. *Ancient West and East*, Leiden, v. 3, n. 1, p. 51-77, 2004.

FOXHALL, L. Cargoes of the heart's desire. *In: FISHER, N.; VAN WEES, H. (ed.). Archaic Greece: New Approaches and New Evidence.* London & Swansea: Duckworth & the Classical Press of Wales, 1998. p. 295-309.

FRANKENSTEIN, S. The Phoenicians in the far west: a function of Neo-Assyrian imperialism. *In: LARSEN, M. T. (ed.). Power and Propaganda: a Symposium on Ancient Empires.* Copenhagen: Akademisk Forlag, 1979. p. 263-294.

GIALANELLA, C. Pithecusa: gli insediamenti di Punta Chiarito. Relazione preliminare. *In: D'AGOSTINO, B.; RIDGWAY, D. (ed.). Apoikia: Scritti in onore di G. Buchner (AION n.s. 1.).* Naples: Istituto universitario orientale, 1994. p. 169-204.

GOSDEN, C. *Archaeology and Colonialism.* Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

GRAHAM, A.J. *Colony and Mother City in Ancient Greece.* Manchester: Manchester University Press, 1964.

GRAS, M.; ROUILLARD, P.; TEIXIDOR, X. *L'Universe Phenicien.* Paris: Arthuad, 1989.

GUBEL, E., Phoenician foundations in archaeological perspective. *In: MAZZONI, S. (ed.). Nuove fondazioni nel Vicino Oriente Antico: realta e ideologia, Atti del colloquio 4-6 Dicembre 1991 Pisa.* Pisa: Giardini, 1994. p. 341-355.



GUBEL, E. Notes of the Phoenician component of the orientaling horizon. *In*: RIVA, C.; VELLA, N. C. (ed.). *Debating Orientalization: Multidisciplinary Approaches to Change in the Ancient Mediterranean*. London: Equinox, 2006. p. 85-93.

HALES, S; HODOS, T. (ed.). *Material Culture and Social Identities in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

HALL, E. *Inventing the Barbarian: Greek Self-Definition Through Tragedy*. Oxford: Clarendon Press, 1989.

HALL, J. *Ethnic Identity in Greek Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

HALL, J. *Hellenicity*. Chicago (IL): Chicago University Press, 2002.

HANSEN, M.H. Emporion. *In*: TSETSKHLADZE, G. R. (ed.). *Greek Colonization: an Account of Greek Colonies and Other Settlements Overseas*. Leiden: Brill, 2006. p. 1-39.

HANSEN, M.H.; NIELSEN, T. H. (ed.). *An Inventory of Archaic and Classical Poleis: an Investigation Conducted by The Copenhagen Polis Centre for the Danish National Research Foundation*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

HARRIS, E.M.; RUBENSTEIN, L. (ed.). *The Law and the Courts in Ancient Greece*. London: Duckworth, 2004a.

HARRIS, E.M.; RUBENSTEIN, L. Introduction. *In*: HARRIS, E.M.; RUBENSTEIN, L. (ed.). *The Law and the Courts in Ancient Greece*. London: Duckworth, 2004b. p. 1-18.

HENTSCHEL, F. The 2004 Ancient Shipwreck Survey in Turkey. *INA Quarterly*, College Station, v. 31, n. 4, p. 10-13, 2004.

HIND, J. Traders and ports-of-trade (emporoi and emporia) in the Black Sea in Antiquity. *Il Mar Nero*, Roma, v. 2, p. 113-126, 1995-1996.

HIND, J., Colonies and ports-of-trade on the northern shores of the Black Sea: Borysthenes, Kremnoi and 'other Pontic emporia' in Herodotus. *In*: NIELSEN, T. H. (ed.). *Yet More Studies in the Ancient Greek Polis*. Stuttgart: Franz Steiner, 1997. p. 107-116.

HODOS, T. *Local Responses to Colonization in the Iron Age Mediterranean*. London: Routledge, 2006.

HODOS, T. Local and global perspectives in the study of social and cultural identity. *In*: HALES, S.; HODOS, T. (ed.). *Material Culture and Social Identities in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

HOLTON, R.J. *Globalization and the Nation-State*. London: Macmillan Press, 1998.

HOOGVELT, A. *Globalization and the Postcolonial World*. Basingstoke: Palgrave, 2001.

HORDEN, P.; Purcell, N. *The Corrupting Sea*. Oxford: Blackwell, 2000.

KING, P.J. *American Archaeology in the Mideast: a History of the American Schools of Oriental Research*. Philadelphia (PA): American Schools of Oriental Research, 1983.

KNAPP, A.B. *Prehistoric and Protohistoric Cyprus*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

KRINGS, V. (ed.). *La civilisation phénicienne et punique*. Manuel de recherche. (Handbuch der orientalistik I. Abt. Bd. 20.) Leiden: Brill, 1995.

LANCEL, S. *Carthage: a History*. Oxford: Blackwell, 1995.

LAUGHLIN, J.C.H. *The Bible and Recent Archaeology*. London: Routledge, 2000.

LEIGHTON, R. *Sicily before History*. London: Duckworth, 1999.

LEIGHTON, R., 2005. Later prehistoric settlement patterns in Sicily: old paradigms and new surveys. *European Journal of Archaeology*, London, v. 8, n. 3, p. 261-287, 2005.

LEMOS, I., 2003. Craftsmen, traders and some wives in Early Iron Age Greece. *In: STAMPOLIDIS, N. C.; KARAGEORGHIS, V. (ed.). Ploes: Sea Routes: Interconnections in the Mediterranean, 16th-6th c. bc. Proceedings of the International Symposium held at Rethymnon, Crete, September 29th-October 2nd, 2002*. Athens: University of Crete and the A.G. Leventis Foundation, 2003. p. 187-193.

LOMAS, K. (ed.). *Greek Identity in the Western Mediterranean: Papers in Honour of Brian Shefton*. Leiden: Brill, 2004.

LÓPEZ CASTRO, J.L. Colonials, merchants and alabaster vases: the western Phoenician aristocracy. *Antiquity*, Gloucester, v. 80, n. 307, p. 74-88, 2006.

LUKE, J. *Ports of Trade, Al Mina and Geometric Greek Pottery in the Levant*. Oxford: Archeopress, 2003.

MALKIN, I. *Religion and Colonization in Ancient Greece*. Leiden: Brill, 1987.

MALKIN, I. Inside and outside: colonization and the formation of the mother city. *In: D'AGOSTINO, B.; RIDGWAY, D. (ed.). Apoikia: Scritti in onore di G. Buchner*. (AION n.s. 1.) Naples: Istituto universitario orientale, 1994. p. 1-9.

MALKIN, I. Categories of early Greek colonization: the case of the Dorian Aegean. In: ANTONETTI, C. *Il dinamismo della colonizzazione greca*. Naples: Loffredo, 1997. p. 25-38.

MALKIN, I. A colonial middle ground: Greek, Etruscan, and local elites in the Bay of Naples. In: LYONS, C. L.; PAPADOPOULOS, J. K. (ed.). *The Archaeology of Colonialism*. Los Angeles (LA): Getty Research Institute, 2002. p. 151-181.

MALKIN, I. Postcolonial concepts and ancient Greek colonization. *Modern Language Quarterly*, London, v. 65, n. 3, p. 341-364, 2004.

MARKOE, G.E. *The Phoenicians*. London: British Museum Press, 2000.

DE MIRO, E., 1999. Un emporio miceneo sulla costa sud della Sicilia. In: LA ROSA, V.; PALERMO, D.; VAGNETTI, L. (eds.). *Epi ponton plazomenoi*. Simposio italiano di studi egei (Roma 1998). Roma: Scuola archeologica italiana di Atene, 1999. p. 439-449.

MOOREY, P.R.S. *A Century of Biblical Archaeology*. Cambridge: Lutterworth Press, 1991.

MORGAN, C. *Isthmia*, Excavations by the University of Chicago under the Auspices of the American School of Classical Studies, vol. VIII: The Late Bronze Age Settlement and Early Iron Age Sanctuary. Princeton (NJ): The American School of Classical Studies at Athens, 1999a.

MORGAN, C. Some thoughts on the production and consumption of Early Iron Age pottery in the Aegean. In: CRIELAARD, J.-P.; VAN WIJNGAARTEN, G.-J.; STISSI, V. (ed.). *The Complex Past of Pottery*. Amsterdam: Gieben, 1999b. p. 213-259.

MORRIS, I. The early polis as city and state. In: RICH, J.; WALLACE-HADRILL, A. (ed.). *City and Country in the Ancient World*. London: Routledge, 1991. p. 25-57.

MORRIS, I. The absolute chronology of the Greek colonies in Sicily. *Acta Archaeologica*, København, v. 67, p. 51-59, 1996.

MORRIS, I. Mediterraneanization. *Mediterranean Historical Review*, London, v. 18, n. 2, p. 30-55, 2003.

MORRIS, S. *Daedalos and the Origins of Greek Art*. Princeton (NJ): Princeton University Press, 1992.

MOSCATI, S. *Il Mondo dei Fenici*. Milan: Il Saggiatore, 1966.

MOSCATI, S. *The World of the Phoenicians*. London: Cardinal, 1968.



MOSCATI, S., 1993. Nuovi studi sull'identità fenicia. *Atti della Accademia Nazionale dei Lincei: memorie della Classe delle Scienze Morali*, Roma, serie 9, v. 4, p. 3-89, 1993.

NEGBI, O. Early Phoenician presence in the Mediterranean islands: a reappraisal. *American Journal of Archaeology*, Boston, v. 96, p. 599-615, 1992.

NIEMEYER, H.G. The Phoenicians in the Mediterranean: a non-Greek model for expansion and settlement in antiquity. In: DESCLOUDRES, J. P. (ed.). *Greek Colonists and Native Populations*. Oxford: Clarendon Press, 1990. p. 469-489.

NIEMEYER, H.G. Trade before the flag? On the principles of Phoenician expansion in the Mediterranean. In: BIRAN, A.; AVIRAM, J. (ed.). *Biblical Archaeology Today 1990*. Jerusalem: Israel Exploration Society, 1993. p. 335-344.

NIEMEYER, H.G. Expansion et colonization. In: KRINGS, V. (ed.). *La civilisation phénicienne et punique*. Manuel de recherche. (Handbuch der Orientalistik I. Abt. Bd. 20.) Leiden: Brill, 1995. p. 247-267.

NIEMEYER, H.G. The early Phoenician city-states on the Mediterranean: archaeological elements for their description. In: HANSEN, M. H. (ed.). *A Comparative Study of Thirty Citystate Cultures*. Copenhagen: Diet Kongelige Danske Videnskabernes Selskab, 2002. p. 89-115.

NIEMEYER, H.G. On Phoenician art and its role in trans-Mediterranean interconnections ca. 1100-600 bc. In: STAMPOLIDIS, N. C.; KARAGEORGHIS, V. (ed.). *Ploes: Sea Routes: Interconnections in the Mediterranean, 16th-6th c. bc*. Proceedings of the International Symposium held at Rethymnon, Crete, September 29th-October 2nd, 2002. Athens: University of Crete and the A.G. Leventis Foundation, 2003. p. 201-207.

NIEMEYER, H.G. The Phoenicians and the birth of a multinational Mediterranean society. In: ROLLINGER, R.; ULF, C. (ed.). *Commerce and Monetary Systems in the Ancient World: Means of Transmission and Cultural Interaction*. Proceedings of the Fifth Annual Symposium of the Assyrian and Babylonian Intellectual Heritage Project, held in Innsbruck, Austria, October 3rd-8th 2002. Stuttgart: Steiner, 2004. p. 245-256.

NIEMEYER, H.G. The Phoenicians in the Mediterranean. Between expansion and colonization: a non-Greek model of overseas settlement and presence. In: TSETSKHLADZE, G. R. (ed.). *Greek Colonization: an Account of Greek Colonies and Other Settlements Overseas*. Leiden: Brill, 2006. p. 143-168.

NIEMEYER, H.G.; DOCTER, R. F.; SCHMIDT, K.; BECHTOLD, B. *Karthago*. Die Ergebnisse der hamburger Grabung unter dem Decumanus Maximus. Mainz: Philipp von Zabern, 2007.

NIJBOER, A.J. La cronologia assoultta dell'età del Ferro nel Mediterraneo, dibattito sui metod e sui risultati. *In*: BARTOLONI, G.; DELPINO, F. (ed.). *Oriente e Occidente: metodi e discipline a confronto. Riflessioni sulla cronologia dell'età del ferro in Italia, Atti dell'Incontro di studi, Roma, 30-31 ottobre 2003. Mediterranea*, 1 (2004). Pisa: Istituti Editoriali e Poligrafici Internazionali, 2005. p. 527-556.

NIJBOER, A.J. An interpretation of the radiocarbon determinations of the oldest indigenous-Phoenician stratum thus far, excavated at Huelva, Tartessos (southwest Spain). *BABesch*, Leiden, v. 81, p. 31-36, 2006a.

NIJBOER, A.J. The Iron Age in the Mediterranean: a chronological mess or 'Trade Before the Flag,' part II. *Ancient West and East*, Leiden, v. 4, n. 2, p. 255-277, 2006b.

NIPPEL, W. The construction of the 'other'. *In*: HARRISON, T. (ed.). *Greeks and Barbarians*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2002. p. 278-310.

ODED, B. The Phoenician cities and the Assyrian Empire in the time of Tiglath-pileser III. *Zeitschrift des Deutschen Palästina-Vereins*, Wiesbaden, v. 90, p. 38-49, 1974.

OSBORNE, R. Early Greek colonization? The nature of Greek settlement in the West. *In*: FISHER, N.; VAN WEES, H. (ed.). *Archaic Greece: New Approaches and New Evidence*. London: Duckworth, 1998. p. 251-269.

PAPADOPOULOS, J.K. Phantom Euboians. *Journal of Mediterranean Archaeology*, Sheffield, v. 10, n. 2, p. 191-206, 1997.

PAPADOPOULOS, J.K. From Macedonia to Sardinia: problems of Iron Age Aegean chronology, and assumptions of Greek maritime primacy. *In*: BALMOUTH, M. S.; TYKOT, R. H. (ed.). *Sardinia and Aegean Chronology: Towards a Resolution of Relative and Absolute Dating in the Mediterranean*. Oxford: Oxbow Books, 1998. p. 363-369.

PASTOR BORGONÓN, H. Die Phönizier: eine begriffsgeschichtliche Untersuchung. *Hamburger Beiträge zur Archäologie*, Hamburger, v. 15-17, p. 37-142, 1988-1990.

DE POLIGNAC, F. *Cults, Territory, and the Origins of the Greek City-State*. Chicago (IL): University of Chicago Press, 1995.

RAAFLAUB, K.A. Archaic Greek aristocrats as carriers of cultural interaction. *In*: ROLLINGER, R.; ULF, C. (ed.). *Commerce and Monetary Systems in the Ancient World: Means of Transmission and Cultural Interaction. Proceedings of the Fifth Annual Symposium of the Assyrian and Babylonian Intellectual Heritage Project, held in Innsbruck, Austria, October 3rd-8th 2002*. Stuttgart: Steiner, 2004. p. 197-217.

RIDGWAY, D. Euboians and others along the Tyrrhenian seaboard. LOMAS, K. (ed.). *Greek Identity in the Western Mediterranean*. Leiden: Brill, 2004. p. 15-33.



ROBERTSON, R. *Globalization, Social Theory and Global Culture*. London: Sage, 1992.

RÖLLIG, W. Die Phönizier des Mutterlandes zur Zeit der Kolonisierung. In: NIEMEYER, H. G. (ed). *Phönizier im Westen*. Mainz: von Zabern, 1982. p. 15-28.

SAGONA, C. The Phoenicians in Spain from a central Mediterranean perspective: a review essay. *Ancient Near Eastern Studies*, Leuven, v. 41, p. 240-266, 2004.

SHAW, J.W. Phoenicians in southern Crete. *American Journal of Archaeology*, Boston, v. 93, p. 165-183, 1989.

SHEPHERD, G. The pride of most colonials: burial and religion in the Sicilian colonies. *Acta Hyperborea*, Copenhagen, v. 6, p. 51-82, 1995.

SHEPHERD, G. Greeks bearing gifts: religious relationships between Sicily and Greece in the Archaic period. In: SMITH, C.; SERRATI, J. (ed.). *Sicily from Aegean to Augustus: New Approaches in Archaeology and History*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2000. p. 55-70.

SHERRATT, S. Visible writing: questions of script and identity in early Iron Age Greece and Cyprus. *Oxford Journal of Archaeology*, Oxford, v. 22, n. 3, p. 225-242, 2003.

STAMPOLIDIS, N.C. On the Phoenician presence in the Aegean. In: STAMPOLIDIS, N. C.; KARAGEORGHIS, V. (ed.). *Plöes: Sea Routes: Interconnections in the Mediterranean, 16th-6th c. bc*. Proceedings of the International Symposium held at Rethymnon, Crete, September 29th-October 2nd, 2002. Athens: University of Crete and the A.G. Leventis Foundation, 2003. p. 217-230.

STEIN, G. Colonies without colonialism: a trade diaspora model of fourth millennium bc Mesopotamian enclaves in Anatolia. In: LYONS, C. L.; PAPADOPOULOS, J. K. *The Archaeology of Colonialism*. Los Angeles (LA): Getty Research Institute, 2002. p. 27-64.

TRIGGER, B.G. *A History of Archaeological Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

TRONCHETTI, C.; VAM DOMMELEN, P. Entangled objects and hybrid practices: colonial contacts and elite connections at Monte Prama, Sardinia. *Journal of Mediterranean Archaeology*, Sheffield, v. 18, n. 2, p. 183-208, 1989.

TSETSKHLADZE, G.R (ed.). *Ancient Greeks West and East*. Leiden: Brill, 1999.

TSETSKHLADZE, G.R. *Greek Colonization: an Account of Greek Colonies and Other Settlements Overseas*. Leiden: Brill, 2006a.

TSETSKHLADZE, G.R. Revisiting ancient Greek colonization. *In*: TSETSKHLADZE, G. R. (ed.). *Greek Colonization: an Account of Greek Colonies and Other Settlements Overseas*: Brill, 2006b. p. xxiii–lxxxiii.

TSETSKHLADZE, G.R.; DE ANGELIS, F. (ed.). *The Archaeology of Greek Colonization*. Oxford: Oxford University Committee for Archaeology, 1994.

TURFA, J. Review of G.E. Markoe, *The Phoenicians*. *Bryn Mawr Classical Review*, Bryn Mawr, 2001.05.09, 2001.

VALLET, G. Interventi. *Cronache di archeologia e di storia dell'arte*, Catania, v. 17, p. 150-152, 1978.

VALLET, G. Position des problèmes. *In*: *La Céramique grecque ou de tradition grecque au VIIIe siècle en Italie centrale et méridionale*. Cahier du Centre Jean Bérard. Naples: Institut Français de Naples, 1982. p. 11-19.

VALLET, G. ; VILLARD, F. Les dates de fondation de Megara Hyblaea et de Syracuse. *Bulletin de Correspondance Hellénique*, Paris, v. 76, p. 289-356, 1952.

VELLA, N. Elusive Phoenicians. *Antiquity*, Gloucester, v. 70, p. 245-250, 1996.

VIVES-FERRÁNDIZ, J. Negotiating colonial encounters: hybrid practices and consumption in eastern Iberia (8th–6th centuries bc). *Journal of Mediterranean Archaeology*, Sheffield, v. 21, n. 2, p. 241-272, 2008.

DE VRIES, K. Eighth-century Corinthian pottery: evidence for the dates of Greek settlement in the West. *In*: WILLIAMS, C. K.; BOOKIDIS, N. (ed.). *Corinth: the Centenary 1896-1996 (Corinth series 20)* Athens: American School of Classical Studies at Athens, 2003. p. 141-156.

WAGNER, C.; Alvar, J. Fenicios en occidente: la colonización agrícola. *Rivista di Studi Fenici*, Roma, v. 17, n 1, p. 61-102, 1989.

WHITE, R. *The Middle Ground: Indians, Empires, and Republics in the Great Lakes Region, 1650-1815*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

VAN WIJNGAARDEN, G.J. *Use and Appreciation of Mycenaean Pottery in the Levant, Cyprus and Italy (1600-1200 bc)*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2002.

WILSON, J.P. The nature of Greek overseas settlements in the Archaic period: emporion or apoikia. *In*: MITCHELL, L. G.; RHODES, P. J. (ed.). *The Development of the Polis in Archaic Greece*. New York (NY): Routledge, 1997. p. 199-207.

WINTER, I. Phoenician and north Syrian ivory carving in historical context: questions of style and distribution. *Iraq*, London, v. 38, p. 1-26, 1976.



WINTER, I. Is there a South Syrian style of ivory carving in the early first millennium bc? *Iraq*, London, v. 43, p. 101-130, 1981.

WINTER, I.J. Homer's Phoenicians: history, ethnography, or literary trope? [A perspective on early Orientalism]. In: CARTER, J. B.; MORRIS, S. P. (ed.). *The Ages of Homer: a Tribute to Emily Townsend Vermeule*. Austin (TX): University of Texas Press, 1995. p. 247-271.

NOTAS

AUTORIA

Tamar Hodos: Doutora. Reader in Mediterranean Archaeology, University of Bristol, Department of Anthropology and Archaeology, Bristol, United Kingdom.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

43 Woodland Road, Clifton, Bristol, BS8 1UU, United Kingdom.

TRADUTORES

Fábio Augusto Morales. <https://orcid.org/0000-0002-9942-5011>. E-mail: fabio.morales@ufsc.br. Doutor. Professor adjunto, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil.

Bruna Vitória Grandó. <https://orcid.org/0000-0002-5142-0131>. E-mail: brugrando2010@hotmail.com. Graduanda, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Artigo originalmente publicado com a seguinte referência: Hodos, T. (2009). Colonial Engagements in the Global Mediterranean Iron Age. *Cambridge Archaeological Journal*, 19(2), 221-241 © The McDonald Institute for Archaeological Research 2009, published by Cambridge University Press. Reprinted with permission. Esta tradução possui a permissão da autora Tamar Hodos e da editora Cambridge University Press.

AGRADECIMENTOS

Eu sou grata a Peter van Dommelen, Silke Knippshild, aos colegas e estudantes nas universidades de Bristol e Gothenburg, e aos pareceristas anônimos, cujas estimulantes questões e sugestões contribuíram aos argumentos apresentados neste artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.



PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alex Degan
Beatriz Mamigonian
Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Tiago Kramer de Oliveira
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

Como citar: HODOS, Tamar. Interações coloniais no Mediterrâneo global da Idade do Ferro. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 597-635, set./dez. 2019.

